

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular:

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 4º andar, parte, Bairro Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-910, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 11.289.590/0001-30, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Emissora”);

RENOVA ENERGIA S.A., sociedade anônima com registro de companhia aberta na categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 4º andar, Bairro Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, na Estado de São Paulo, CEP 04707-910, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.534.605/0001-74, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Renova Energia” ou “Garantidora”);

NOVA RENOVA ENERGIA S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 4º andar, parte, Bairro Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-910, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.041.313/0001-77 (“Nova Renova” ou “Acionista Direto”);

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 8, Ala B, salas 303 e 304, Bairro Barra da Tijuca, na Cidade de Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, agindo na qualidade de representante da comunhão de titulares das Debêntures (conforme definidas na Cláusula 1.5) objeto da presente emissão (“Debenturistas”), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Agente Fiduciário”);

e, ainda:

CENTRAIS EÓLICAS AMETISTA S.A., sociedade por ações com sede na Rua Ayrton Senna da Silva, nº 66, Bairro São Francisco, CEP 46.430-000, na Cidade de Guanambi, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.201.885/0001-03, por seus representantes abaixo assinados (“EOL Ametista”);

CENTRAIS EÓLICAS DOS ARAÇÁS S.A., sociedade por ações com sede na Rua Barão de Caetité, nº 393, Bairro Centro, na Cidade de Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970, inscrita



no CNPJ/MF sob o nº 11.201.833/0001-37, por seus representantes abaixo assinados (“EOL Araçás”);

CENTRAIS EÓLICAS BORGOS S.A., sociedade por ações com sede na Rua 7 de setembro, nº 77, Bairro Centro, CEP 46360-000, na Cidade de Pindaí, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.041.341/0001-94, por seus representantes abaixo assinados (“EOL Borgo”);

CENTRAIS EÓLICAS CAETITÉ S.A., sociedade por ações com sede na Rua 7 de setembro, nº 77, Bairro Centro, CEP 46360-000, na Cidade de Pindaí, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.201.767/0001-03, por seus representantes abaixo assinados (“EOL Caetité”);

CENTRAIS EÓLICAS DOURADOS S.A., sociedade por ações com sede na Rua Ayrton Senna da Silva, nº 66, Bairro São Francisco, CEP 46430-000, na Cidade de Guanambi, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.041.319/0001-44, por seus representantes abaixo assinados (“EOL Dourados”);

CENTRAIS EÓLICAS ESPIGÃO S.A., sociedade por ações com sede na Rua 7 de setembro, nº 77, Bairro Centro, CEP 46360-000, na Cidade de Pindaí, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.197.321/0001-44, por seus representantes abaixo assinados (“EOL Espigão”);

CENTRAIS EÓLICAS MARON S.A., sociedade por ações com sede na Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Bairro Centro, CEP 46400-970, na Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.041.214/0001-95, por seus representantes abaixo assinados (“EOL Maron”);

CENTRAIS EÓLICAS MORRÃO S.A., sociedade por ações com sede na Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Bairro Centro, na Cidade de Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.049.829/0001-68, por seus representantes abaixo assinados (“EOL Morrão”);

CENTRAIS EÓLICAS PELOURINHO S.A., sociedade por ações com sede na Rua 7 de setembro, nº 77, Bairro Centro, CEP 46360-000, na Cidade de Pindaí, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.048.031/0001-00, por seus representantes abaixo assinados (“EOL Pelourinho”);

CENTRAIS EÓLICAS PILÕES S.A., sociedade por ações com sede na Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Bairro Centro, CEP 46400-970, na Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.201.797/0001-01, por seus representantes abaixo assinados (“EOL Pilões”);

CENTRAIS EÓLICAS DA PRATA S.A., sociedade por ações com sede na Praça Manoel Joaquim de Azevedo, nº 82, Bairro Centro, na Cidade de Igaporã, Estado da Bahia, CEP 46490-



000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.366.231/0001-30, por seus representantes abaixo assinados (“EOL Prata”);

CENTRAIS EÓLICAS SERAÍMA, S.A., sociedade por ações com sede na Rua Ayrton Senna da Silva, nº 66, Bairro São Francisco, na Cidade de Guanambi, Estado da Bahia, CEP 46430-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.047.526/0001-06, por seus representantes abaixo assinados (“EOL Seraíma”);

CENTRAIS EÓLICAS SERRA DO ESPINHAÇO S.A., sociedade por ações com sede na Rua 7 de setembro, nº 77, Centro, CEP 46360-000, Cidade de Pindaí, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.049.958/0001-56, por seus representantes abaixo assinados (“EOL Espinhaço”);

CENTRAIS EÓLICAS TANQUE S.A., sociedade por ações com sede na Rua Barão de Caetité, nº 393, Bairro Centro, na Cidade de Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.048.059/0001-39, por seus representantes abaixo assinados (“EOL Tanque”); e

CENTRAIS EÓLICAS VENTOS DO NORDESTE S.A., sociedade por ações com sede na Rua Barão de Caetité, nº 393, Bairro Centro, na Cidade de Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.204.086/0001-90, por seus representantes abaixo assinados (“EOL Ventos do Nordeste” e, em conjunto com, EOL Ametista, EOL Araças, EOL Borgo, EOL Caetité, EOL Dourados, EOL Espigão, EOL Maron, EOL Morrão, EOL Pelourinho, EOL Pilões, EOL Prata, EOL Seraíma, EOL Espinhaço e EOL Tanque, “SPEs”).

sendo a Emissora, a Renova Energia, a Nova Renova, o Agente Fiduciário e as SPEs designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”;

CONSIDERANDO QUE:

- (i) a presente Emissão (conforme definida na Cláusula 1.5) será realizada na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“Lei 12.431”), tendo em vista o enquadramento do Projeto Renova 3 (conforme definido na Cláusula 3.8.1), como projeto prioritário pelo MME (conforme definido na Cláusula 2.6.1), por meio das Portarias (conforme definidas na Cláusula 2.6.1); e
- (ii) nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures, serão utilizados exclusivamente para realizar o pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados a investimentos em ativos fixos no Projeto Renova 3, conforme disposto na Cláusula 3.8.1 desta Escritura de Emissão,

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com*



Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Renova Eólica Participações S.A.” (“Escritura de Emissão”), em observância à Lei 12.431, especialmente com relação ao seu artigo 2º, mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, que estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

Para fins da presente Escritura de Emissão, “Dia(s) Útil(eis)” significa: (i) com relação a qualquer pagamento realizado por meio da CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), qualquer dia que não seja sábado, domingo e declarado feriado nacional; e (ii) com relação a qualquer outro pagamento que não seja realizado por meio da CETIP, bem como com relação a outras obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

1.1. **Autorização da Emissão, das Garantias Reais, do Compartilhamento das Garantias Reais e das Fianças Bancárias pela Emissora**

- 1.1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada pela Emissora com base nas deliberações aprovadas em sua Reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de setembro de 2014, e retificada em 27 de novembro de 2014, na qual foi deliberada nos termos do artigo 18, itens “v”, “xiv” e “xviii” de seu estatuto social: (i) a aprovação da: (a) Emissão e de suas condições, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, e da Oferta Restrita (conforme definida na Cláusula 1.5), pela Emissora, das Debêntures para distribuição pública; e (b) recomendação para que, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovem a Emissão, a Oferta Restrita, implementação, formalização das Garantias (conforme definidas na Cláusula 4.17.11) e seu compartilhamento, e da implementação e formalização das Fianças Bancárias (conforme definida na Cláusula 4.17.2), bem como a assinatura pelos representantes legais da Emissora de todos e quaisquer instrumentos relacionados à Emissão; (ii) a aprovação da outorga e compartilhamento, pela Emissora, das Garantias Reais (conforme definidas na Cláusula 4.15.2) necessárias, pela Emissora, no âmbito da Emissão das Debêntures; (iii) a aprovação da contratação, pela Emissora, de Fianças Bancárias; (iv) a aprovação para a outorga e compartilhamento pelas SPEs, em favor dos Debenturistas, das Garantias Reais necessárias no âmbito da Emissão das Debêntures; (v) a aprovação para outorga pelas SPEs, de garantia adicional fidejussória por meio de Fiança (conforme definida na Cláusula 4.16.1); e (vi) a autorização expressa à Diretoria da Emissora, após a aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, para praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias: (a) à formalização, efetivação e administração das deliberações consubstanciadas em referida reunião, em conformidade com o artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, para a emissão das Debêntures e implementação e formalização das Garantias Reais e seu

compartilhamento, e da implementação e formalização das Fianças Bancárias, bem como a assinatura pelos representantes legais da Emissora de todos e quaisquer instrumentos relacionados à Emissão; e (b) a formalização efetivação da contratação de instituição(ões) integrante(s) do sistema de valores mobiliários (caso haja mais de um coordenador, em conjunto “Coordenadores”, sendo o Banco Santander (Brasil) S.A., a instituição intermediária líder, “Coordenador Líder”), dos assessores legais e dos prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão, tais como escriturador, banco liquidante, CETIP, entre outros, para atuarem na estruturação, coordenação e realização da Emissão, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações (“RCA Emissora”), bem como nas deliberações aprovadas em sua Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2014, e retificada em 27 de novembro de 2014, na qual foi aprovada a Emissão e suas condições, bem como a outorga e compartilhamento das Garantias necessárias no âmbito da Emissão das Debêntures, nos termos do artigo 9º, item “ix”, do seu estatuto social e do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações (“AGE Emissora”).

1.2. Autorização da Emissão, das Garantias Reais e do Compartilhamento das Garantias Reais pela Nova Renova

- 1.2.1. A presente Escritura de Emissão também é firmada com base nas deliberações aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária da Nova Renova, realizada em 29 de setembro de 2014, e retificada em 27 de novembro de 2014, na qual foi deliberada: (i) a aprovação da realização da Emissão, pela Emissora, e de suas condições, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, e da Oferta Restrita das Debêntures para distribuição pública; (ii) a aprovação da outorga e compartilhamento pela Emissora e pelas suas controladas indiretas SPEs das Garantias Reais necessárias, no âmbito da Emissão das Debêntures; (iii) a aprovação da contratação pela Emissora, de Fianças Bancárias; (iv) a aprovação para outorga pelas SPEs, de garantia adicional fidejussória por meio de Fiança; (v) a aprovação da outorga e compartilhamento, do penhor da totalidade das ações atualmente e futuramente detidas pela Nova Renova, de emissão da Emissora necessárias, no âmbito da Emissão das Debêntures; e (vi) a autorização expressa à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações consubstanciadas na assembleia para realização da Emissão pela Emissora e implementação e formalização das Garantias e seu compartilhamento, bem como a assinatura pelos representantes legais da Nova Renova de todos e quaisquer instrumentos relacionados à Emissão (“AGE Nova Renova”).

1.3. Autorização das Garantias Reais e do Compartilhamento de Garantias Reais e da Fiança pelas SPEs

- 1.3.1. A presente Escritura de Emissão também é firmada com base nas deliberações aprovadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias das SPEs, realizadas em 29 de setembro de 2014,

e retificadas em 27 de novembro de 2014, nas quais foram deliberadas: (i) a aprovação para outorga, pelas SPEs, de garantia adicional fidejussória por meio de Fiança; (ii) a aprovação da outorga e compartilhamento, pelas SPEs, das Garantias Reais necessárias, no âmbito da Emissão das Debêntures; e (iii) a autorização expressa à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações consubstanciadas na assembleia para implementação e formalização das Garantias e seu compartilhamento, bem como a assinatura pelos representantes legais das SPEs de todos e quaisquer instrumentos relacionados à Emissão ("AGEs SPEs").

1.4. Autorização da Emissão, das Garantias Reais, do Compartilhamento das Garantias Reais, das Fianças Bancárias e da Fiança pela Garantidora

- 1.4.1. A presente Escritura de Emissão também é firmada com base nas deliberações aprovadas na Reunião do Conselho de Administração da Garantidora, realizada em 29 de setembro de 2014, e retificada em 27 de novembro de 2014, na qual, dentre outros assuntos, foram deliberados nos termos do artigo 25, itens "v", "xiii", "xvi" e "xx", do seu estatuto social: (i) a aprovação da Emissão e de suas condições, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, e da Oferta Restrita, pela Emissora, das Debêntures para distribuição pública; (ii) a aprovação da outorga e compartilhamento pela Emissora, pela sua controlada direta Nova Renova e pelas suas controladas indiretas SPEs das Garantias Reais necessárias, no âmbito da Emissão das Debêntures, as quais foram devidamente outorgadas por meio dos Contratos de Financiamento do Projeto Renova 3, nos termos dos Contratos de Garantia; (iii) a aprovação da contratação pela Emissora, de Fianças Bancárias; (iv) a aprovação para outorga pelas SPEs, de garantia adicional fidejussória por meio de Fiança; (v) a outorga, pela Garantidora, de garantia adicional fidejussória por meio de Fiança para a totalidade das obrigações assumidas pela Emissora perante os debenturistas, responsabilizando-se solidariamente com a Emissora e com as SPEs pelas Obrigações Garantidas; e (vi) a autorização expressa à Diretoria da Garantidora para praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações consubstanciadas nesta reunião para a Emissão pela Emissora e implementação e formalização das Garantias e seu compartilhamento, bem como a assinatura pelos representantes legais da Garantidora de todos e quaisquer instrumentos relacionados à Emissão ("RCA Garantidora") e, em conjunto com AGE Emissora, RCA Emissora, AGE Nova Renova e AGEs SPEs, "Aprovações Societárias").

CLÁUSULA II REQUISITOS

- 1.5. A presente 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Emissora, nos

termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Emissão”, “Debêntures”, “Oferta Restrita” e “Instrução CVM 476”, respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação da AGE Emissora

- 2.1.1. Nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, a ata da AGE Emissora e sua respectiva retificação, referidas na Cláusula 1.1.1, serão devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e no jornal “Diário do Comércio, Indústria & Serviços” (“Jornais de Publicação da Emissora”).
- 2.1.2. A ata da RCA Emissora e sua respectiva retificação, referidas na Cláusula 1.1.1, serão devidamente arquivadas na JUCESP.
- 2.1.3. A ata da AGE Nova Renova e sua respectiva retificação, referidas na Cláusula 1.2.1, serão devidamente arquivadas na JUCESP.
- 2.1.4. As atas das AGEs SPEs e suas respectivas retificações, referidas na Cláusula 1.3.1, serão devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado da Bahia (“JUCEB”).
- 2.1.5. Ata da RCA da Garantidora e sua respectiva retificação, referidas na Cláusula 1.4.1, serão devidamente arquivadas na JUCESP.
- 2.1.6. As Aprovações Societárias, que pela lei são passíveis de serem arquivadas e publicadas, conforme aplicável, e que, eventualmente, venham a ser praticadas após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivadas na JUCESP, bem como serão publicadas, conforme aplicável, nos respectivos Jornais de Publicação da Emissora.

2.2. Arquivamento da Escritura de Emissão e de seus Aditamentos na JUCESP

- 2.2.1. Esta Escritura de Emissão será protocolada na JUCESP para seu posterior arquivamento, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de até 10 (dez) dias contado da respectiva data de assinatura. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 01 (uma) via original desta Escritura de Emissão, devidamente arquivada na JUCESP, em até 05 (cinco) dias após o respectivo arquivamento.
- 2.2.2. Eventuais aditamentos à Escritura de Emissão (“Aditamentos”) serão protocolados para arquivamento na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de até 03 (três) dias contado da respectiva data de assinatura. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 01 (uma) via original dos

Aditamentos, devidamente arquivados na JUCESP, em até 05 (cinco) dias após o respectivo arquivamento.

2.3. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.3.1. *Dispensa de registro da Oferta Restrita pela CVM.* A Emissão será realizada nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.3.2. *Registro pela ANBIMA.* A Emissão será registrada na ANBIMA, exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476 e nos termos do parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” vigente desde 03 de fevereiro de 2014 (“Código ANBIMA”), condicionado à expedição, pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, até a data do protocolo da comunicação de encerramento da Oferta Restrita a ser realizada pelo Coordenador Líder perante a CVM, de diretrizes específicas para o cumprimento da obrigação, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 9º, do referido Código.

2.4. Registro da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias nos respectivos Cartórios de Registro de Documentos

2.4.1. Esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia e o Contrato de Compartilhamento de Garantias, serão celebrados e levados a registro: (i) nos cartórios de registro de títulos e documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, conforme aplicável, previamente à subscrição e integralização das Debêntures, conforme Cláusula 4.20 abaixo; e (ii) em até 60 (sessenta) dias contados das respectivas assinaturas nos cartórios de registros de imóveis e nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, conforme aplicável, do Estado da Bahia descritos nos respectivos instrumentos. Eventuais aditamentos a estes documentos deverão ser registrados perante os cartórios de imóveis e de registro de títulos e documentos competentes, conforme aplicável, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data em que forem assinados. A Emissora deverá entregar ao Agente Fiduciário 01 (uma) via original registrada desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Compartilhamento e de seus eventuais aditamentos, em até 05 (cinco) dias após os respectivos registros.

2.5. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.5.1. As Debêntures serão registradas para:



- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP;
- (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente na CETIP; e
- (c) as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e observado o disposto na Cláusula 3.6.3 desta Escritura de Emissão, nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias, contados a partir da data de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e depois do cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.6. Enquadramento do Projeto Renova 3

2.6.1. A Emissão será realizada na forma do artigo 2º da Lei 12.431, tendo em vista o enquadramento dos empreendimentos que compõem o Projeto Renova 3 (conforme definido na Cláusula 3.8.1), como projetos prioritários pelo Ministério de Minas e Energia ("MME"), por meio das portarias expedidas pelo MME, conforme abaixo identificadas (em conjunto as "Portarias"):

- (i) **EOL Ametista:** Portaria nº 257, expedida pelo MME em 30 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União ("DOU") nº 147 em 1 de agosto de 2013;
- (ii) **EOL Araçás:** Portaria nº 235, expedida pelo MME em 9 de julho de 2013, publicada no DOU nº 131 em 10 de julho de 2013;
- (iii) **EOL Espigão:** Portaria nº 261, expedida pelo MME em 13 de agosto de 2013, publicada no DOU nº 156 em 14 de agosto de 2013;
- (iv) **EOL Borgo:** Portaria nº 262, expedida pelo MME em 13 de agosto de 2013, publicada no DOU nº 156 em 14 de agosto de 2013;
- (v) **EOL Dourados:** Portaria nº 263, expedida pelo MME em 13 de agosto de 2013, publicada no DOU nº 156 em 14 de agosto de 2013;

- (vi) **EOL Serra do Espinhaço:** Portaria nº 264, expedida pelo MME em 13 de agosto de 2013, publicada no DOU nº 156 em 14 de agosto de 2013;
- (vii) **EOL da Prata:** Portaria nº 225, expedida pelo MME em 2 de julho de 2013, publicada no DOU nº 127 em 4 de julho de 2013;
- (viii) **EOL Serafina:** Portaria nº 227, expedida pelo MME em 5 de julho de 2013, publicada no DOU nº 129 em 8 de julho de 2013;
- (ix) **EOL Morrão:** Portaria nº 244, expedida pelo MME em 12 de julho de 2013, publicada no DOU nº 134 em 15 de julho de 2013;
- (x) **EOL Maron:** Portaria nº 254, expedida pelo MME em 24 de julho de 2013, publicada no DOU nº 142 em 25 de julho de 2013;
- (xi) **EOL Tanque:** Portaria nº 228, expedida pelo MME em 5 de julho de 2013, publicada no DOU nº 129 em 8 de julho de 2013;
- (xii) **EOL Caetité:** Portaria nº 297, expedida pelo MME em 04 de setembro de 2013, publicada no DOU nº 172 em 05 de setembro de 2013;
- (xiii) **EOL Pelourinho:** Portaria nº 294, expedida pelo MME em 02 de setembro de 2013, publicada no DOU nº 170 em 03 de setembro de 2013;
- (xiv) **EOL Pilões:** Portaria nº 299, expedida pelo MME em 04 de setembro de 2013, publicada no DOU nº 172 em 05 de setembro de 2013; e
- (xv) **EOL Ventos do Nordeste:** Portaria nº 271, expedida pelo MME em 16 de agosto de 2013, publicada no DOU nº 160 em 20 de agosto de 2013.

CLÁUSULA III

OBJETO SOCIAL DA EMISSORA E CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

- 3.1.1. A Emissora tem por objeto social: participar, como acionista, no capital social das SPEs, conforme definido no artigo 4º de seu estatuto social.

3.2. Número da Emissão

- 3.2.1. As Debêntures representam a 1ª (Primeira) Emissão, para distribuição pública, de Debêntures simples da Emissora.

3.3. Data de Emissão

- 3.3.1. Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures é o dia 15 de novembro de 2014 ("Data de Emissão").

3.4. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

- 3.4.1. Serão emitidas até 14.600 (quatorze mil e seiscentas) Debêntures.
- 3.4.2. A Emissão será realizada em 02 (duas) séries, sendo as Debêntures objeto da Oferta Restrita distribuídas no âmbito da 1ª (primeira) série doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série", as Debêntures objeto da Oferta Restrita distribuídas no âmbito da 2ª (segunda) série doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série", e em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, doravante denominadas "Debêntures".

3.5. Valor Total da Emissão

- 3.5.1. O valor total da Emissão é de até R\$146.000.000,00 (cento e quarenta e seis milhões de reais), na Data de Emissão, observado que: (i) o valor total de emissão das Debêntures da Primeira Série é de R\$73.000.000,00 (setenta e três milhões de reais); e (ii) o valor total de emissão das Debêntures da Segunda Série é de até R\$73.000.000,00 (setenta e três milhões de reais).

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

- 3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, em regime misto de colocação, ou seja, em regime de garantia firme e de melhores esforços de colocação, sendo que as Debêntures da Primeira Série, em montante equivalente a R\$73.000.000,00 (setenta e três milhões de reais), serão colocadas em regime de garantia firme e as Debêntures da Segunda Série, em montante equivalente a até R\$73.000.000,00 (setenta e três milhões de reais), serão colocadas em regime de melhores esforços, com a intermediação do Coordenador Líder ou dos Coordenadores, conforme o caso, nos termos do "*Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, em Regime Misto de Colocação das Debêntures da 1ª (primeira) Emissão da Renova Eólica Participações S.A.*", a ser celebrado entre a Emissora, o Coordenador Líder e os demais Coordenadores, conforme o caso ("Contrato de Distribuição").

- 3.6.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá ou os Coordenadores poderão, conforme o caso, acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476.
- 3.6.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, são considerados “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), observado que: (i) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados, serão considerados investidores qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item “iv” do referido artigo 109 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), observado que fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição.
- 3.6.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, especialmente, mas não limitadamente, a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente e declara que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias.
- 3.6.5. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder ou com os Coordenadores da Oferta Restrita, conforme o caso; e (ii) informar ao Coordenador Líder a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita no prazo de até 01 (um) Dia Útil contado de tal contato, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.
- 3.6.6. Serão atendidos os clientes do Coordenador Líder ou dos Coordenadores, conforme o caso, que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação do Coordenador Líder ou dos Coordenadores, conforme o caso, com esses clientes, bem como outros investidores, fundos de investimento, e pessoas físicas e jurídicas, mesmo que não sejam clientes do Coordenador Líder ou dos Coordenadores, conforme o caso, desde que tais investidores sejam considerados Investidores Qualificados e atestem seu conhecimento e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos das Debêntures.

- 3.6.7. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476.
- 3.6.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto ou condições diversas das previstas nesta Escritura de Emissão pelo Coordenador Líder ou dos Coordenadores, conforme o caso, aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.
- 3.6.9. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelas atuais acionistas da Emissora.
- 3.6.10. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula III.
- 3.6.11. Poderá ser constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

- 3.7.1. Para fins da presente Emissão, o banco liquidante das Debêntures será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, CEP 03084-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante") e a instituição escrituradora das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário"). O Escriturador Mandatário será responsável por realizar, entre outras atribuições descritas em Manual de Normas da CETIP, a escrituração das Debêntures. O Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário poderão ser substituídos a qualquer tempo.

3.8. Destinação dos Recursos

- 3.8.1. Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures, serão utilizados exclusivamente para realizar o pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados a investimentos em ativos fixos nas SPEs, conforme as Portarias mencionadas acima, com capacidade instalada total de 386,1 (trezentos e oitenta seis inteiros e um décimo) MW, localizados nos municípios de Igarapã, Guanambi, Caetitê e Pindaí, todos no Estado da Bahia ("Projeto Renova 3").

3.9. Público Alvo da Oferta Restrita

- 3.9.1. O público alvo da Oferta Restrita é composto exclusivamente por Investidores Qualificados.

3.10. Preço de Subscrição

- 3.10.1. O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula 4.1.1), acrescido da Atualização Monetária (conforme definida na Cláusula 4.2.1.1) e dos Juros Remuneratórios da respectiva série (conforme definido na Cláusula 4.2.2.2) incidente *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

- 4.1.1. **Valor Nominal Unitário:** As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, e contarão com as Garantias descritas nas Cláusulas 4.15, 4.16, 4.17 e 4.18 desta Escritura de Emissão. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de certificados.
- 4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória.
- 4.1.4. **Prazo e Forma de Subscrição e Integralização:** As Debêntures de cada uma das séries serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, durante o prazo de distribuição das Debêntures, a partir da data de início de distribuição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme definido na Cláusula 4.2.1.1) acrescido dos Juros Remuneratórios da respectiva série, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.
- 4.1.5. **Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e Oferta de Resgate Antecipado (conforme definida na Cláusula 4.10.3) constantes das Cláusulas 5.1 e 4.10.3 desta Escritura de Emissão, respectivamente, ocasiões em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures de ambas as séries pelo saldo remanescente de seu respectivo Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios da respectiva série devidos, e em observância ao artigo 1º da Resolução 3.947 do Conselho Monetário Nacional: (i) as Debêntures da Primeira

Série terão prazo de vigência até 15 de dezembro de 2025 (“Data de Vencimento da Primeira Série”); e (ii) as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vigência até 15 de dezembro de 2025 (“Data de Vencimento da Segunda Série”, sendo esta em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, doravante denominadas “Data de Vencimento das Debêntures”).

4.2. Atualização Monetária e Juros Remuneratórios: As Debêntures serão atualizadas monetariamente e vencerão juros remuneratórios conforme o disposto a seguir:

4.2.1. Atualização Monetária das Debêntures:

4.2.1.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado (“IPCA”), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento (“Atualização Monetária”), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (“Valor Nominal Unitário Atualizado”), calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

C = Fator acumulado das variações mensais do índice utilizado calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{dup/dut} \right]$$

Onde:

n = número total de índices utilizados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo “n” um número inteiro;

dup = número de Dias Úteis entre Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do índice utilizado, sendo “dup” um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo “dut” um número inteiro;

Nik = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

Nik-1 = valor do número-índice do mês anterior ao mês “k”.

O fator resultante da expressão abaixo descrita é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento:

$$\left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{dup/dut} \right]$$

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Considera-se “data de aniversário” todo dia 15 de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente.

Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos das Debêntures.

Se até a data de aniversário das Debêntures o Nik não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a Nik na apuração do Fator “C” um número- índice projetado calculado com base na última projeção disponível divulgada pela ANBIMA (“Número Índice Projetado” e “Projeção”) da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

Onde:

NIkp = Número- Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento;

Projeção= variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

O Número Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número- índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

O número-índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

4.2.1.5. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de sua extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial (“Período de Ausência do IPCA”), o IPCA deverá ser substituído pelo devido substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 02 (dois) Dias Úteis a contar do Período de Ausência do IPCA, convocar AGD para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, observados a boa fé, a regulamentação aplicável e os requisitos da Lei 12.431, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (“Taxa Substitutiva”). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma variação produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

4.2.1.6. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da AGD da Emissora referida na Cláusula anterior, a respectiva AGD não será mais realizada e o IPCA, a partir do retorno de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária da respectiva série desde o dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

4.2.1.7. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre os Debenturistas e a Emissora, em deliberação realizada em AGD, de acordo com o quorum estabelecido na Cláusula 8.4.1 adiante, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e na regulamentação aplicável, a totalidade das Debêntures deverão ser resgatadas antecipadamente e, conseqüentemente, canceladas pela Emissora, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data

da realização da respectiva AGD, pelo Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios das respectivas séries devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da respectiva Data de Incorporação (conforme definida na Cláusula 4.3.2) ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definida na Cláusula 4.3.2) imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização Monetária será utilizada para cálculo do fator “C” o último número índice do IPCA divulgada oficialmente.

4.2.2. Juros Remuneratórios das Debêntures:

4.2.2.1. **Debêntures da Primeira Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescido exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas internas de retorno da NTN-B 2022, com vencimento em 2022 (“NTN-B 2022”). As taxas internas de retorno da NTN-B deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, apuradas pela média aritmética do fechamento do terceiro, quarto e quinto Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias) (“Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série”). Os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série, a partir da Data de Emissão (inclusive), da Data de Incorporação dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior (inclusive) ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, e incorporados ou pagos, conforme aplicável, ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (conforme abaixo definido) (exclusive), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo.

4.2.2.1.1. O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (Fator Juros - 1)$$

Onde:

J = valor unitário dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização (exclusive), calculado com 08 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator Juros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator Juros = \left[\left(1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

Onde:

Taxa = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, Data de Incorporação ou Data de Pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.2.2.2. Debêntures da Segunda Série: Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescido exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas internas de retorno da NTN-B 2022. As taxas internas de retorno da NTN-B deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA apuradas pela média aritmética do fechamento do terceiro, quarto e quinto Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias) (“Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série” e, em conjunto com os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série, os “Juros Remuneratórios”). Os Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, a partir da Data de Emissão (inclusive), da Data de Incorporação dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive) ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, e incorporados ou pagos, conforme aplicável, ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (conforme abaixo definido) (exclusive), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo.

4.2.2.2.1. O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (Fator Juros - 1)$$

Onde:

J = valor unitário dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização (exclusive), calculado com 08 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator Juros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator Juros = \left[\left(1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

Onde:

Taxa = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, Data de Incorporação ou Data de Pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.2.2.3 O Procedimento *Bookbuilding* para o recebimento de ordens deverá ser iniciado tão logo possível e, em todo caso, no máximo em até 15 (quinze) dias corridos contados do cumprimento da última condição para subscrição e integralização das Debêntures, conforme descritas na Cláusula 4.20 abaixo.

4.2.2.4 A fixação dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série nos termos da Cláusula 4.2.2.1 e 4.2.2.2 acima será objeto de ratificação da presente Escritura de Emissão por meio de aditamento, nos termos da minuta de aditamento constante do Anexo I a esta Escritura de Emissão, sendo dispensada a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para tanto.

4.3. Período de Capitalização e Capitalização de Juros Remuneratórios:

- 4.3.1. Define-se “Período de Capitalização das Debêntures” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão de uma determinada série (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures de uma determinada série, na Data de Incorporação imediatamente anterior da respectiva série (inclusive) ou na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior da respectiva série (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures, e termina na Data de Incorporação ou Data de Pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão da respectiva série (exclusive). Cada Período de Capitalização das Debêntures da respectiva série sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures da respectiva série.
- 4.3.2. Ressalvados os pagamentos nas hipóteses de vencimento antecipado e Oferta de Resgate Antecipado constantes das Cláusulas 5.1 e 4.10.3 desta Escritura de Emissão, respectivamente, os Juros Remuneratórios de cada uma das séries serão apurados nas datas indicadas abaixo e incorporados ou pagos, conforme definido abaixo, nestas mesmas datas (cada uma das datas abaixo, uma “Data de Incorporação” ou “Data de Pagamento de Juros Remuneratórios”, conforme aplicável):
- (i) **Primeira Série:** os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série serão pagos ou incorporados, conforme o caso, semestralmente sempre no dia 15 do mês de junho e no dia 15 do mês dezembro de cada ano, sendo certo que (i) os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série calculados entre a Data de Emissão e o dia em 15 de junho de 2015 serão incorporados ao Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Primeira Série e, (ii) o primeiro pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série será realizado em 15 de dezembro de 2015 (data do primeiro pagamento), sendo o último pagamento realizado na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série. Farão jus aos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série aqueles que forem titulares de Debêntures da Primeira Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento, conforme o caso; e
 - (ii) **Segunda Série:** os Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série serão pagos ou incorporados, conforme o caso, semestralmente sempre no dia 15 do mês de junho e no dia 15 do mês dezembro de cada ano, sendo certo que (i) os Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série calculados entre a Data de Emissão e o dia em 15 de junho de 2015 serão incorporados ao Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série e, (ii) o primeiro pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série será realizado em 15 de dezembro de 2015 (data do primeiro pagamento), sendo o último pagamento realizado na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série. Farão jus aos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série aqueles que forem titulares de Debêntures da Segunda Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento, conforme o caso.

4.4. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.4.1. Ressalvados os pagamentos nas hipóteses de vencimento antecipado e Oferta de Resgate Antecipado constantes das Cláusulas 5.1 e 4.10.3 desta Escritura de Emissão, respectivamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 20 (vinte) parcelas semestrais, nas respectivas datas de amortização, conforme cronograma disposto a seguir:

Data de Amortização	Percentual da Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado
15 de junho de 2016	1,0000%
15 de dezembro 2016	1,0101%
15 de junho de 2017	2,0408%
15 de dezembro de 2017	2,0833%
15 de junho de 2018	2,1277%
15 de dezembro de 2018	2,1739%
15 de junho de 2019	0,5556%
15 de dezembro de 2019	0,5587%
15 de junho de 2020	13,4831%
15 de dezembro de 2020	15,5844%
15 de junho de 2021	18,4615%
15 de dezembro de 2021	22,6415%
15 de junho de 2022	24,3902%
15 de dezembro de 2022	32,2581%
15 de junho de 2023	19,0476%
15 de dezembro de 2023	23,5294%
15 de junho de 2024	23,0769%
15 de dezembro de 2024	30,0000%
15 de junho de 2025	50,0000%
15 de dezembro de 2025	100,0000%

4.4.2. Ressalvados os pagamentos nas hipóteses de vencimento antecipado e Oferta de Resgate Antecipado constantes das Cláusulas 5.1 e 4.10.3 desta Escritura de Emissão, respectivamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 21 (vinte e uma) parcelas semestrais, nas respectivas datas de amortização, conforme cronograma disposto a seguir:

Data de Amortização	Percentual da Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado
15 de dezembro de 2015	1,2500%
15 de junho de 2016	2,5316%
15 de dezembro 2016	2,5974%
15 de junho de 2017	2,6667%



15 de dezembro de 2017	2,7397%
15 de junho de 2018	2,8169%
15 de dezembro de 2018	2,8986%
15 de junho de 2019	3,4328%
15 de dezembro de 2019	3,5549%
15 de junho de 2020	7,6923%
15 de dezembro de 2020	8,3333%
15 de junho de 2021	10,6061%
15 de dezembro de 2021	11,8644%
15 de junho de 2022	13,4615%
15 de dezembro de 2022	15,5556%
15 de junho de 2023	18,4211%
15 de dezembro de 2023	22,5806%
15 de junho de 2024	29,1667%
15 de dezembro de 2024	41,1765%
15 de junho de 2025	50,0000%
15 de dezembro de 2025	100,0000%

4.5. Local de Pagamento

- 4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora, utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.6. Prorrogação dos Prazos

- 4.6.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão quando as datas de tais pagamentos coincidirem com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.7. Encargos Moratórios

- 4.7.1. Sem prejuízo da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido calculados *pro rata temporis*; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios").



4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

- 4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Atualização Monetária, Juros Remuneratórios ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Repactuação Programada

- 4.9.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.10. Amortização Extraordinária, Resgate Antecipado Compulsório e Oferta de Resgate Antecipado

- 4.10.1. As Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária pela Emissora.
- 4.10.2. As Debêntures não estarão sujeitas ao resgate antecipado compulsório pela Emissora, total ou parcial.
- 4.10.3. A Emissora poderá realizar, desde que permitido pela Lei 12.431 (ou por outra norma que verse sobre o mesmo tema), e na forma a ser regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, oferta de resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, a ser endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar ou recusar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade ("Oferta de Resgate Antecipado").
- 4.10.4. A Oferta de Resgate Antecipado deverá ser precedida de comunicação a ser publicada nos termos da Cláusula 4.10.3 acima, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias à realização do pagamento da Oferta de Resgate Antecipado ("Comunicação de Resgate Antecipado"). Após a publicação da Comunicação de Resgate Antecipado, os Debenturistas que desejarem aderir à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido à Emissora até o encerramento do prazo a ser estabelecido na Comunicação de Resgate Antecipado, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias.
- 4.10.5. A Emissora deverá, na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado, comunicar a CETIP através de correspondência com a anuência do Agente Fiduciário, da realização da Oferta de Resgate Antecipado com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento referente à Oferta de Resgate Antecipado. O pagamento das Debêntures resgatadas será feito nos termos da Cláusula 4.5.1 desta Escritura de Emissão.

4.10.6. Os valores a serem pagos aos titulares das Debêntures em razão do resgate antecipado devido deverão ser equivalentes no mínimo ao saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, desde a Data de Emissão, Data de Incorporação ou último pagamento, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (“Valor do Resgate Antecipado”).

4.10.7. A Comunicação de Resgate Antecipado deverá conter: (i) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (ii) a forma de manifestação à Emissora, pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; (iii) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures dos respectivos titulares de Debêntures que indicarem seu interesse em participar da Oferta de Resgate Antecipado, que será a mesma para todas as Debêntures, e que deverá ocorrer em uma única data, a ser definida na publicação da Comunicação do Resgate Antecipado; e (iv) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures dos respectivos titulares de Debêntures que indicaram seu interesse em participar da Oferta de Resgate Antecipado.

4.11. Aquisição Facultativa

4.11.1. Após decorridos 02 (dois) anos contados da Data de Emissão, observado o disposto nos incisos I e II do § 1º do artigo 1º da Lei 12.431, as Debêntures em Circulação poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao nominal, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos desta Cláusula poderão: (i) ser canceladas, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e na regulamentação aplicável; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Atualização Monetária e Juros Remuneratórios das demais Debêntures em Circulação. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, esta Escritura de Emissão deverá ser aditada para refletir tal cancelamento.

4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação da Emissora ou outro jornal que venha a ser designado para tanto pela assembleia geral de acionistas da Emissora,

bem como na página da Garantidora na rede mundial de computadores ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e o disposto na Instrução CVM 476. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

- 4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário, onde serão inscritos os nomes dos Debenturistas. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.14. Tratamento Tributário

- 4.14.1. As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431.
- 4.14.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos, nos termos da legislação tributária em vigor e da Lei 12.431.
- 4.14.3. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.14.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador Mandatário ou pela Emissora.
- 4.14.4. Caso a Emissora não utilize os recursos na forma prevista na Cláusula 3.8, dando causa ao seu desenquadramento da Lei 12.431, esta será responsável pela multa, a ser paga nos termos da Lei 12.431, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Emissão não alocado no Projeto Renova 3.
- 4.14.5. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.14.4 acima, caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Emissão e até a Data de Vencimento, as Debêntures deixem de gozar

do tratamento tributário previsto na Lei 12.431 ou caso haja qualquer retenção de tributos sobre os rendimentos das Debêntures em razão do não atendimento, pela Emissora, dos requisitos estabelecidos na referida Lei, a Emissora desde já se obriga a arcar com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, bem como com qualquer multa a ser paga nos termos da Lei 12.431, de modo que a Emissora deverá acrescer a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos valores não fossem incidentes.

4.15. Garantias Reais

4.15.1. Como condição precedente à liquidação da Oferta Restrita, e previamente à subscrição e integralização das Debêntures, os instrumentos contratuais abaixo descritos serão celebrados e registrados nos cartórios competentes descritos nos respectivos instrumentos, nos prazos descritos na Cláusula 2.4.2 desta Escritura de Emissão, para assegurar, na forma compartilhada descrita na Cláusula 4.18.1 desta Escritura de Emissão, o integral e pontual cumprimento das obrigações, principais e acessórias decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, acrescida da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário ou Debenturista na execução das garantias previstas:

- (i) penhor, da totalidade das ações de emissão das SPEs, atuais e futuramente detidas pela Emissora, e quaisquer outras ações representativas do capital social das SPEs que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas, até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, e conforme regulado pelo “Contrato de Penhor das Ações dos Parques”, a ser compartilhado com os Debenturistas por meio do Primeiro Aditamento ao “Contrato de Penhor das Ações dos Parques”, a ser celebrado entre o BNDES, o Banco do Brasil S.A. (“BB”), a Emissora e os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, com a interveniência das SPEs (“Primeiro Aditamento ao Contrato de Penhor Ações dos Parques”);
- (ii) penhor, da totalidade das ações de emissão da Emissora, atuais e futuramente detidas pela Nova Renova, e quaisquer outras ações representativas do capital social da Emissora que venha a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas, até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, e conforme regulado pelo “Contrato de Penhor de Ações da Holding” a ser compartilhado com os Debenturistas por meio do Primeiro Aditamento ao “Contrato de Penhor de Ações da Holding” a ser celebrado entre o BNDES, o BB, a Nova Renova e os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, com a interveniência da Emissora (“Primeiro Aditamento ao Contrato de Penhor de Ações da Holding”);

- (iii) cessão fiduciária pelas SPEs, nos termos do § 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada (“Lei 4728/65”), da totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica produzida pelas centrais geradoras eólicas integrantes do Projeto Renova 3, incluindo ainda, os direitos de crédito decorrentes dos *“Contratos de Energia de Reserva – CERs”* (“CERs”), celebrados pelas SPEs EOL Araçás, EOL Morrão, EOL Prata, EOL Seraíma, EOL Tanque e EOL Ventos com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, bem como dos *“Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs”* (“CCEARs”) celebrados pelas SPEs EOL Ametista, EOL Borgo, EOL Caetité, EOL Dourados, EOL Espigão, EOL Maron, EOL Pelourinho, EOL Pilões e EOL Serra com as Distribuidoras de energia inscritas no Leilão ANEEL nº 002/2011, conforme regulada pelo *“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças”*, a ser celebrado entre o BNDES, o BB, as SPEs, a Emissora, os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e o Itaú Unibanco S.A. (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças”). Os CERs e CCEARs têm por objeto a compra e venda de energia pelo período de 20 (vinte) anos da data de entrada em operação comercial do Projeto Renova 3. A presente cessão fiduciária abrangerá, ainda, quaisquer outros contratos de venda de energia que vierem a ser firmados pelas SPEs, inclusive os créditos que venham a ser depositados, dentre outras previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças, nas *“Contas Centralizadoras”*, nas *“Contas Operação”* e nas *“Contas Reserva Especial Individuais”* de cada uma das SPEs, até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão.
- (iv) penhor pelas SPEs das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto Renova 3 até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, conforme regulado pelo *“Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos”*, a ser celebrado entre o BNDES, o BB, Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e as SPEs (“Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos”);
- (v) penhor pelas SPEs dos direitos creditórios provenientes dos principais contratos celebrados para a implantação e operação do Projeto Renova 3 até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, conforme regulado pelo *“Contrato de Penhor de Direitos Creditórios”*, a ser celebrado entre o BNDES, o BB, Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e as SPEs (“Contrato de Penhor de Direitos Creditórios”); e
- (vi) penhor pelas SPEs dos direitos emergentes das autorizações decorrentes das portarias emitidas pelo MME para operação e execução do Projeto Renova 3

(“Autorizações”), bem como eventuais Resoluções e/ou Despachos da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) que venham a ser emitidos, incluídas as suas subseqüentes alterações, até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, conforme regulado pelo “*Contrato de Penhor de Direitos Emergentes*”, a ser celebrado entre o BNDES, o BB, Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e as SPEs (“*Contrato de Penhor de Direitos Emergentes*”);

- (vii) cessão fiduciária pela Emissora, nos termos do § 3º do artigo 66-B da Lei 4728/65, dos direitos creditórios de sua titularidade depositados na “*Conta Reserva Especial da Holding*”, na “*Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES*”, na “*Conta Reserva do Serviço da Dívida do BB*”, na “*Conta Reserva de O&M*” e na “*Conta de Pagamento das Debêntures*” e na “*Conta Reserva de Serviço da Dívida das Debêntures*”, até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, sendo estas contas reguladas pelo Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças mencionado no item “iii” acima, sendo certo que a Emissora deverá: (i) constituir e manter, a partir de 15 de novembro de 2015, até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes da Emissão, uma “*Conta Reserva de Serviço da Dívida das Debêntures*”, no valor equivalente a, no mínimo, a todo o tempo, 100% (cem por cento) do valor necessário para perfazer o montante equivalente a parcela semestral vincenda do Valor Nominal Unitário, acrescidos da atualização Monetária e Juros Remuneratórios calculados conforme a Cláusula 4.2 acima descrita, movimentada exclusivamente para pagamento das prestações de amortização do principal, Remuneração e assessórios da dívida decorrente da Escritura de Emissão, conforme estabelecido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças e (ii) constituir Conta Pagamento das Debêntures para a qual deverá transferir, a partir de 15 de julho de 2015 (inclusive), mensalmente o valor equivalente a 1/6 (um sexto) da parcela semestral vincenda do Valor Nominal Unitário, acrescidos da atualização Monetária e Juros Remuneratórios calculados conforme a Cláusula 4.2 acima descrita, utilizando-se, em ambos os casos, para tanto, a projeção do IPCA, conforme estabelecido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças; e
- (viii) cessão fiduciária pelas SPEs, nos termos do § 3º do artigo 66-B da Lei 4728/65, dos direitos creditórios de sua titularidade depositados nas “*Contas Centralizadoras*”, nas “*Contas Operação*” e nas “*Contas Reserva Especiais Individuais*”, todas de titularidade de cada uma das SPEs, até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, sendo estas contas reguladas pelo Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças mencionado no item “iii” acima.

- 4.15.2. Para os fins da presente Escritura de Emissão, entende-se por “Contratos de Garantia” ou “Garantias Reais” o Primeiro Aditamento ao Contrato de Penhor Ações dos Parques, o Primeiro Aditamento ao Contrato de Penhor de Ações da Holding, o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças, o Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos, o Contrato de Penhor de Direitos Creditórios e o Contrato de Penhor de Direitos Emergentes, quando referidos em conjunto.
- 4.15.3. A Emissora obriga-se a, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças, comprovar ao Agente Fiduciário a ciência e/ou anuência prévia ou posterior, conforme aplicável, do poder concedente e às devedoras pelo fornecimento de energia no âmbito dos CERs e CCEARs, a respeito da cessão fiduciária mencionada na Cláusula 4.15.1, item iii, desta Escritura de Emissão.
- 4.15.4. A Emissora obriga-se, ainda, a nos termos do Contrato de Penhor de Direitos Creditórios e do Contrato de Penhor de Direitos Emergentes, a comprovar ao Agente Fiduciário a ciência e/ou anuência prévia ou posterior, conforme aplicável, aos devedores dos créditos empenhados, com relação a cada uma das SPEs, a respeito dos penhores mencionados na Cláusula 4.15.1, item “v” e item “vi” acima.

4.16. Fiança

- 4.16.1 A Garantidora e as SPEs, por este ato e na melhor forma de direito, na qualidade de fiadoras e principais pagadoras, nos termos do artigo 275 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), e responsáveis por todas e quaisquer as obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em caráter irrevogável e irretratável, prestam, cada uma, fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, renunciando cada uma, neste ato, expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil, e dos artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”), e obrigando-se solidariamente entre si e com a Emissora, pelo fiel e exato cumprimento de todas as Obrigações Garantidas (conforme definido na Cláusula 4.16.2 abaixo) (“Fiança”).
- 4.16.2. A Fiança visa garantir o integral e pontual cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias decorrentes das Debêntures, devidas nos termos desta Escritura de Emissão, acrescida da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, conforme aplicável, às Debêntures, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais ou acessórias, presentes e futuras, previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário e pelos Debenturistas na execução das garantias previstas nesta

Escritura de Emissão, apurados na data da execução da Fiança, ou na execução dos atos necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas").

- 4.16.3. A Garantidora e as SPEs se obrigam a, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, a pagar o valor correspondente às Obrigações Garantidas no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas. Tal comunicação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares das Debêntures após, respeitados os prazos de cura previstos nesta Escritura de Emissão, a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão ou quando do vencimento antecipado das Debêntures.
- 4.16.4. Todos e quaisquer pagamentos realizados pela Garantidora e/ou pelas SPEs em relação à Fiança serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, desde que de acordo com a legislação vigente, devendo a Garantidora e/ou as SPEs, nesses casos, pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis. Os pagamentos mencionados nesta Cláusula deverão ser realizados fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções razoáveis recebidas do Agente Fiduciário.
- 4.16.5. Com relação à Garantidora, a Fiança aqui referida é prestada em caráter irrevogável e irretratável até: (i) a liquidação integral das Obrigações Garantidas; ou (ii) até o recebimento pela Emissora de declaração por escrito por parte do BNDES, na qualidade de credor do *Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.20365.1, celebrado em 04 de junho de 2014, entre o BNDES, a Emissora, as SPEs, a Nova Renova e a Renova Energia* ("Contrato de Financiamento"), atestando o cumprimento pela Emissora das condições estabelecidas para o *Completion Financeiro*, declaração esta que deverá ser emitida pelo BNDES imediatamente após o *Completion Financeiro*, o que ocorrer primeiro ("Vencimento da Fiança da Garantidora").
- 4.16.6. Com relação às SPEs, a Fiança aqui referida é prestada até a liquidação integral das Obrigações Garantidas.
- 4.16.7. A Fiança prestada pela Garantidora será liberada no prazo de até 02 (dois) Dias Úteis contados do recebimento, pelo Agente Fiduciário: (i) de cópia da declaração de *Completion Financeiro* emitida pelo BNDES a ser enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário; e (ii) declaração da Emissora: (a) confirmando o recebimento da declaração do BNDES, (b) atestando o cumprimento das condições para o *Completion Financeiro*,

nos termos da Cláusula 4.19 abaixo e (c) atestando a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de quaisquer obrigações perante os Debenturistas, conforme modelo de “Declaração de Cumprimento de Conclusão Financeira (*Completion* Financeiro)”, constante do Anexo II desta Escritura de Emissão, sendo certo que não será necessária a realização de AGD ou tampouco qualquer anuência de quaisquer detentores das Debêntures para formalizar a liberação da Fiança prestada pela Garantidora.

- 4.16.8. Em qualquer circunstância, o Agente Fiduciário somente deverá proceder com a liberação da Fiança prestada pela Garantidora caso não tenha notificado a Emissora previamente à liberação da Fiança em questão acerca da ocorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme abaixo definido) ou, caso tenha notificado, este Evento de Inadimplemento já tenha sido resolvido nos termos desta Escritura de Emissão.
- 4.16.9. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Garantidora e/ou pelas SPEs com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
- 4.16.10. Caso a Garantidora e/ou as SPEs venham a honrar, total ou parcialmente, a presente Fiança, estas sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas, sendo certo que a Garantidora e/ou as SPEs somente poderão exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor que tenha honrado, nos termos da Fiança, após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos, vencidos e não pagos, nos termos desta Escritura de Emissão.
- 4.16.11. A Fiança de que trata esta cláusula foi devidamente aprovada na forma das Cláusulas 1.3.1 e 1.4.1 desta Escritura de Emissão, e enquanto permanecer válida, caberá ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, quantas vezes forem necessárias, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos nos termos desta Escritura de Emissão no âmbito das Debêntures, até a integral e efetiva liquidação das Obrigações Garantidas, sendo certo que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança constituída em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.
- 4.16.12. A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e/ou quaisquer outras modificações nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e/ou nos demais documentos da Oferta Restrita.

4.17. Cartas de Fiança

- 4.17.1. Adicionalmente à Fiança, observados os valores dispostos nas Cláusulas 4.17.2 e 4.17.3 abaixo, a Emissora também contratará fiança bancária nos termos abaixo descritos para garantir o integral e pontual cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias decorrentes das Debêntures, devidas nos termos desta Escritura de Emissão, acrescida da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como os demais encargos pactuados na Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas na execução das respectivas cartas de fiança (“Obrigações Afiançadas”).
- 4.17.2. A Emissora contratará fiança bancária, no valor de R\$63.414.142,00 (sessenta e três milhões, quatrocentos e quatorze mil, cento e quarenta e dois reais), referente aos recursos que serão destinados para as SPEs participantes do Leilão ANEEL nº 005/2010 (“LER 2010”) decorrentes da colocação das Debêntures, a qual será emitida em benefício único e exclusivo dos Debenturistas, nos termos dos artigos 818 do Código Civil, e formalizada por meio de carta de fiança (“Carta de Fiança LER 2010”), conforme modelo constante do Anexo IV à presente Escritura de Emissão, a ser prestada por instituição financeira com *rating* mínimo BBB- em escala Global ou AAA em escala local, por S&P, Moody’s ou Fitch, responsabilizando-se, nos termos da Carta de Fiança LER 2010, pelo fiel e exato cumprimento das Obrigações Afiançadas.
- 4.17.3. A Emissora contratará fiança bancária, no valor de R\$82.585.858,00 (oitenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e oito reais), referente aos recursos que serão destinados para as SPEs participantes do Leilão ANEEL nº 002/2011 (“LEN 2011”) decorrentes da colocação das Debêntures, a qual será emitida em benefício único e exclusivo dos Debenturistas, nos termos dos artigos 818 do Código Civil, e formalizada por meio de carta de fiança (“Carta de Fiança LEN 2011” e, em conjunto com a Carta de Fiança LER 2010, as “Cartas de Fiança” ou “Fianças Bancárias”), conforme modelo constante do Anexo IV à presente Escritura de Emissão, a ser prestada por instituição financeira com *rating* mínimo BBB- em escala Global ou AAA em escala local, por S&P, Moody’s ou Fitch, responsabilizando-se, nos termos da Carta de Fiança LEN 2011, pelo fiel e exato cumprimento das Obrigações Afiançadas.
- 4.17.4. A Carta de Fiança LER 2010 terá validade: (i) até a liquidação integral das Obrigações Afiançadas; ou (ii) até o recebimento pela Emissora de declaração por escrito por parte do BNDES, na qualidade de credor do Contrato de Financiamento, atestando o cumprimento pela Emissora das condições estabelecidas para o *Completion* Físico LER 2010; ou (iii) até 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da sua data de emissão, sendo aplicável a hipótese que ocorrer primeiro entre as hipóteses previstas nos itens “i” a “iii” desta Cláusula 4.17.4 (“Vencimento da Fiança Bancária LER 2010”).
- 4.17.5. A Carta de Fiança LEN 2011 terá validade: (i) até a liquidação integral das Obrigações Afiançadas; ou (ii) até o recebimento pela Emissora de declaração por escrito por parte

do BNDES, na qualidade de credor do Contrato de Financiamento, atestando o cumprimento pela Emissora das condições estabelecidas para o *Completion* Físico LEN 2011; ou (iii) até 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da sua data de emissão, sendo aplicável a hipótese que ocorrer primeiro entre as hipóteses previstas nos itens “i” a “iii” desta Cláusula 4.17.5 (“Vencimento da Fiança Bancária LEN 2011” e, em conjunto com o Vencimento da Fiança Bancária LER 2010, o “Vencimento da Fiança Bancária”).

- 4.17.6. Para os fins previstos nas Cláusulas 4.17.4 item “ii” e 4.17.5 item “ii” desta Escritura de Emissão, a Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário declaração por parte do BNDES atestando o *Completion* Físico dos Parques da LER 2010 ou o *Completion* Físico dos Parques da LEN 2011, conforme o caso, juntamente como uma declaração (i) confirmando o recebimento da declaração de *Completion* Físico dos Parques do LER 2010 ou dos Parques da LEN 2011 por parte do BNDES, conforme o caso; (ii) atestando o cumprimento das condições para o *Completion* Físico dos Parques do LER 2010 ou dos Parques da LEN 2011 nos termos da Cláusula 4.19 abaixo, conforme o caso; e (iii) atestando a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de quaisquer obrigações perante os Debenturistas, nos termos do modelo de “Declaração de Conclusão Física (*Completion* Físico) dos Parques do LER 2010” ou modelo de “Declaração de Conclusão Física (*Completion* Físico) dos Parques do LEN 2011”, na forma do Anexo III desta Escritura de Emissão.
- 4.17.7. As Partes desde já concordam que tão logo confirmado pelo Agente Fiduciário o recebimento das declarações mencionadas na Cláusula 4.17.6 acima não será necessária a realização de AGD e tampouco qualquer anuência de quaisquer detentores das Debêntures para formalizar a liberação das respectivas da Carta de Fiança LER 2010 ou da Carta de Fiança LEN 2011, conforme o caso, observado, no entanto, o disposto no item 4.17.8 abaixo.
- 4.17.8. Em qualquer circunstância, o Agente Fiduciário somente deverá proceder com a liberação das respectivas Cartas de Fiança caso não tenha notificado a Emissora previamente à liberação da Carta de Fiança em questão acerca da ocorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme abaixo definido) ou, caso tenha notificado, este Evento de Inadimplemento já tenha sido resolvido nos termos desta Escritura de Emissão.
- 4.17.9. Enquanto as Fianças Bancárias permanecerem válidas, caberá ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, das Cartas de Fiança, quantas vezes forem necessárias, conforme função que lhe é atribuída, em caso de descumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão e no âmbito das Debêntures, até a integral e efetiva liquidação das Obrigações Afiançadas e/ou até o Vencimento da Fiança Bancária.
- 4.17.10. Na hipótese de o *Completion* Físico LER 2010, de o *Completion* Físico LEN 2011 e/ou a liquidação integral das Debêntures não ocorrer em até 60 (sessenta) dias antes das

respectivas datas de Vencimento da Fiança Bancária, a Emissora deverá renová-las ou substituí-las, por novas fianças bancárias em até 60 (sessenta) dias antes das respectivas datas de Vencimento da Fiança Bancária, de maneira substancial com os mesmos termos e condições das Cartas de Fiança originalmente emitidas, por um prazo adicional de 06 (seis) meses, junto a instituições financeiras com *rating* mínimo BBB- em escala Global ou AAA em escala local, por S&P, Moody's ou Fitch. Referida renovação deverá ser feita quantas vezes necessário, sempre em até 60 (sessenta) dias antes das respectivas datas de vencimento das fianças bancárias, para que as Debêntures permaneçam garantidas até que ocorra o *Completion* Físico LER 2010, o *Completion* Físico LEN 2011 ou a liquidação integral das Obrigações Afiançadas, o que ocorrer primeiro e conforme aplicável.

- 4.17.11. As Cartas de Fiança deverão ser registradas às expensas da Emissora nos respectivos cartórios de registro de títulos e documentos competentes da sede da Emissora, do Agente Fiduciário e do emissor de cada Carta de Fiança, nos termos do artigo 129 da Lei de Registros Públicos, devendo uma via original das Cartas de Fiança devidamente registradas ser entregue ao Agente Fiduciário previamente à subscrição e integralização das Debêntures. Todos os custos e despesas relativos à emissão das Cartas de Fiança, incluindo comissões, registros, dentre outros serão arcados única e exclusivamente pela Emissora.
- 4.17.12. As Fianças Bancárias contratadas pela Emissora, nos termos desta Cláusula 4.17, serão devolvidas pelo Agente Fiduciário para sua respectiva emissora em até 1 (um) Dia Útil após o respectivo Vencimento da Fiança Bancária.
- 4.17.13. Para os fins da presente Escritura de Emissão entende-se por "Garantias" as Garantias Reais, a Fiança e as Cartas de Fiança, quando referidas em conjunto.

4.18. Compartilhamento das Garantias Reais

- 4.18.1. As Garantias Reais das Debêntures descritas na Cláusula 4.15.1 desta Escritura de Emissão serão compartilhadas, proporcionalmente ao saldo devedor atualizado dos Contratos de Financiamento do Projeto Renova 3, conforme abaixo definido, e ao saldo devedor das Debêntures, e sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, respectivamente, entre: (i) os titulares das Debêntures; (ii) o BNDES, na qualidade de credor do Contrato de Financiamento; e (iii) o BB, na qualidade de credor do "*Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do BNDES, nº 21/00821-3*", celebrado em 25 de agosto de 2014, entre o BB, as SPEs, a Emissora, a Nova Renova e a Renova Energia ("Contrato de Repasse" e, em conjunto com o Contrato de Financiamento, os "Contratos de Financiamento do Projeto Renova 3"), sendo o compartilhamento efetuado por meio do "*Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças*" a ser celebrado entre BNDES, o BB e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Contrato de Compartilhamento de Garantias").

4.19. Fases do Projeto Renova 3

4.19.1. Para fins e efeitos da presente Escritura de Emissão, as fases de *Completion* Físico LER 2010, *Completion* Físico LEN 2011 e de *Completion* Financeiro do Projeto Renova 3 ocorrerão da seguinte forma:

- (i) O "*Completion* Físico LER 2010" do Projeto Renova 3 se dará com a ocorrência cumulativa das seguintes condições:
- a) A implantação das SPEs EOL Araçás, EOL Morrão, EOL Prata, EOL Seraíma, EOL Tanque e EOL Ventos do Nordeste;
 - b) Apresentação das licenças ambientais de operação das SPEs EOL Araçás, EOL Morrão, EOL Prata, EOL Seraíma, EOL Tanque e EOL Ventos do Nordeste e das respectivas linhas de transmissão, oficialmente publicadas, expedidas pelo órgão ambiental competente;
 - c) Despacho da Superintendência de Fiscalização de Geração da ANEEL, ou ato equivalente, autorizando a entrada em operação comercial das SPEs EOL Araçás, EOL Morrão, EOL Prata, EOL Seraíma, EOL Tanque e EOL Ventos do Nordeste;
 - d) Comprovação de recebimento da primeira parcela da receita oriunda dos Contratos de Energia de Reserva (CERs) celebrado entre cada uma das SPEs EOL Araçás, EOL Morrão, EOL Prata, EOL Seraíma, EOL Tanque e EOL Ventos do Nordeste e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); e
 - e) Comprovação de averbação da cessão dos Contratos de Arrendamento às SPEs EOL Araçás, EOL Morrão, EOL Prata, EOL Seraíma, EOL Tanque e EOL Ventos do Nordeste nas respectivas matrículas dos imóveis arrendados.
- (ii) O "*Completion* Físico LEN 2011" do Projeto Renova 3 se dará com a ocorrência cumulativa das seguintes condições:
- a) A implantação das SPEs EOL Ametista, EOL Borgo, EOL Caetité, EOL Dourados, EOL Espigão, EOL Maron, EOL Pelourinho, EOL Pilões e EOL Espinhaço;
 - b) Apresentação das licenças ambientais de operação das SPEs EOL Ametista, EOL Borgo, EOL Caetité, EOL Dourados, EOL Espigão, EOL Maron, EOL Pelourinho, EOL Pilões e EOL Espinhaço e das respectivas linhas de transmissão, oficialmente publicadas, expedidas pelo órgão ambiental competente;
 - c) Despacho da Superintendência de Fiscalização de Geração da ANEEL, ou ato equivalente, autorizando a entrada em operação comercial das SPEs EOL Ametista, EOL Borgo, EOL Caetité, EOL Dourados, EOL Espigão, EOL Maron, EOL

Pelourinho, EOL Pilões e EOL Espinhaço; e

- d) Comprovação de recebimento da primeira parcela da receita oriunda dos CCEARs celebrados entre cada uma das SPEs EOL Ametista, EOL Borgo, EOL Caetité, EOL Dourados, EOL Espigão, EOL Maron, EOL Pelourinho, EOL Pilões e EOL Espinhaço e as distribuidoras.
- (iii) O "Completion Financeiro" do Projeto Renova 3 se dará com a ocorrência cumulativa das seguintes condições:
- a) comprovação de geração mínima líquida consolidada de todo o Projeto Renova 3 (referida no centro de gravidade) de 1.430.475 MWh em um período de 12 (doze) meses consecutivos;
- b) comprovação de recebimento das receitas oriundas dos Contratos de Energia de Reserva (CERs) celebrados entre cada uma das SPEs EOL Araçás, EOL Morrão, EOL Prata, EOL Seraíma, EOL Tanque e EOL Ventos do Nordeste e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), mencionados no Contrato de Financiamento, em um período de 12 (doze) meses consecutivos;
- c) comprovação de recebimento das receitas oriundas dos CCEARs celebrados entre cada uma das SPEs EOL Ametista, EOL Borgo, EOL Caetité, EOL Dourados, EOL Espigão, EOL Maron, EOL Pelourinho, EOL Pilões e EOL Espinhaço e as distribuidoras, mencionados no Contrato de Financiamento, em um período de 12 (doze) meses consecutivos;
- d) atendimento do ICSD (conforme definido e apurado na forma do item (g), alínea "i" da Cláusula 6.1) de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos);
- e) constituição válida do penhor das máquinas e equipamentos na forma do Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos;
- f) preenchimento integral da "Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES", da "Conta Reserva do Serviço da Dívida do BB", da "Conta Reserva de O&M" e da "Conta Reserva de Serviço da Dívida das Debêntures", na forma do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças;
- g) apresentação das apólices de seguro contratadas na forma do disposto no Contrato de Financiamento, acompanhadas dos respectivos comprovantes de quitação do prêmio;
- h) a inexistência de quaisquer dívidas da Emissora e/ou das SPEs com terceiros, bem como de mútuos entre a Emissora, as SPEs e/ou seus acionistas ou pessoas físicas e

jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico, salvo as hipóteses expressamente previstas no Contrato de Financiamento;

- i) inexistência de ato administrativo ou judicial que impeça a continuidade do Projeto Renova 3;
- j) estar a Emissora, bem como as demais empresas integrantes do grupo econômico a que esta pertença, em dia com todas as suas obrigações contratuais perante o sistema BNDES;
- k) comprovação de que a Emissora tenha repassado a totalidade dos recursos liberados no âmbito do Contrato de Financiamento e da presente Emissão para as SPEs e estas haverem aplicado estes recursos no Projeto Renova 3;
- l) comprovação de utilização, pela emissora de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos referentes ao Subcrédito "P" do Contrato de Financiamento; e
- m) expedição de Declaração de Utilidade Pública (DUP) pela ANEEL dos imóveis necessários à instituição das linhas de transmissão.

4.20. Condições para Subscrição e Integralização das Debêntures

4.20.1 A Emissora obriga-se a providenciar e enviar ao Agente Fiduciário, previamente à data programada para envio da ordem de subscrição e integralização das Debêntures pelos Investidores Qualificados:

- (i) a averbação dos penhores de ações descritos nos itens (i) e (ii) da Cláusula 4.15.1 no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora e das SPEs e/ou nos livros da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora e das SPEs, devendo ser anotados no extrato da conta de depósito fornecido à Nova Renova e à Emissora, conforme o caso, nos termos do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações;
- (ii) o registro da Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, conforme aplicável;
- (iii) o arquivamento da Escritura de Emissão perante a JUCESP;
- (iv) o registro das Cartas de Fiança nos respectivos cartórios de registro de títulos e documentos competentes da sede da Emissora, do Agente Fiduciário e do emissor de cada Carta de Fiança, nos termos da Cláusula 4.17.11 acima; e

- (v) a classificação de risco (*rating*) das Debêntures por agência de classificação dentre Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's América Latina e enviar a referida súmula ao Agente Fiduciário tempestivamente.

CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

- 5.1. Observado o disposto nas Cláusulas 5.2 a 5.9 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios devidos, calculados *pro rata temporis*, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo ainda da busca de indenização por perdas e danos que compense integralmente o eventual dano causado pelo inadimplemento, na ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta Cláusula, respeitados os respectivos prazos de cura (cada um desses eventos, um "Evento de Inadimplemento"):
- (a) não pagamento, pela Emissora pelas SPES e/ou pela Garantidora, nas datas de vencimento previstas nesta Escritura de Emissão, do Valor Nominal Unitário Atualizado, dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, sem que tal descumprimento seja sanado pela Emissora no prazo de até 02 (dois) Dias Úteis contados do respectivo vencimento, sendo que para a Garantidora as disposições desta alínea somente são aplicáveis enquanto a Fiança estiver em vigor, conforme previsto nesta Escritura de Emissão;
- (b) descumprimento: (i) pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, observados os prazos de cura específicos desta Escritura de Emissão, ou, caso não exista um prazo de cura específico, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da notificação do Agente Fiduciário neste sentido, o que for maior; ou (ii) pela Emissora, pela Nova Renova, por qualquer das SPES e/ou pela Garantidora, de quaisquer obrigações assumidas no âmbito dos Contratos de Garantia, do Contrato de Compartilhamento de Garantias, da Fiança e desta Escritura de Emissão dos quais fazem parte, observados os prazos de cura referidos em tais instrumentos, ou, caso não exista um prazo de cura específico em tais instrumentos, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da notificação do Agente Fiduciário acerca do respectivo descumprimento, o que for maior, sendo que para a Garantidora as disposições desta alínea "ii" com relação à Fiança somente são aplicáveis enquanto esta estiver em vigor, conforme previsto nesta Escritura de Emissão;
- (c) se a Emissora ou qualquer das SPES: (i) inadimplir suas obrigações e/ou não liquidar, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade decorrente de outros contratos financeiros, empréstimos ou descontos celebrados com terceiros cujo débito foi inadimplido e não sanado conforme prazos estabelecidos nos respectivos instrumentos ou

no prazo de até 02 (dois) Dias Úteis contados do respectivo descumprimento, o que for maior; ou (ii) tiver declarado o vencimento antecipado de dívidas financeiras, no mercado local ou internacional; em ambos os casos em valor, individual ou agregado, superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) valor este que será devidamente corrigido pelo IPCA ou outro que venha a substituí-lo, desde a Data de Emissão, ou o seu valor equivalente em moedas estrangeiras na data estipulada para pagamento de tais valores;

- (d) se a presente Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia, as Cartas de Fiança ou a Fiança forem: (i) declaradas, total ou parcialmente, em seus aspectos relevantes, nulas, anuláveis, inválidas, ineficazes ou tenham sua eficácia suspensa; (ii) validamente extintas, ressalvadas as hipóteses de vencimento previstas nas Cláusulas 4.16.5, 4.16.6, 4.17.4 e 4.17.5 desta Escritura de Emissão, rescindidas ou resilidas; ou, ainda, (iii) rescindidas, como consequência de decisão judicial, administrativa ou arbitral de aplicabilidade imediata e não revertida no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis do seu proferimento;
- (e) não realização dos reforços de garantia, nos termos dos incisos I, IV e V do artigo 1.425 do Código Civil, na forma e prazos descritos nos Contratos de Garantia;
- (f) constituição voluntária pela Emissora, por quaisquer das SPEs ou pela Nova Renova, sem a prévia aprovação de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, de penhor ou qualquer outro gravame ou ônus sobre os direitos e bens dados em garantia às obrigações oriundas das Debêntures, ou qualquer outra espécie de cessão ou vinculação sobre os mesmos direitos;
- (g) constituição involuntária de penhor ou qualquer outro gravame ou ônus sobre os direitos e bens dados em garantia às obrigações oriundas das Debêntures, ou qualquer outra espécie de cessão ou vinculação sobre os mesmos direitos, cujos efeitos não sejam revertidos ou suspensos em até 30 (trinta) dias contados da constituição involuntária;
- (h) caso os contratos para implantação e operação do Projeto Renova 3 que sejam objeto dos Contratos de Garantia sejam: (i) rescindidos ou resilidos; (ii) declarados nulos ou anuláveis, tenham sua eficácia suspensa como consequência de decisão judicial, administrativa ou arbitral de aplicabilidade imediata e não revertida no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis do seu proferimento; ou (iii) objeto de decisão judicial, administrativa ou arbitral de aplicabilidade imediata e não revertida no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis do seu proferimento que resulte na sua invalidação, depreciação, inexecutabilidade ou ineficácia;
- (i) protesto de títulos contra a Emissora ou quaisquer das SPEs em montante individual ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA, ou outro que venha a substituí-lo, desde a Data de Emissão até o respectivo protesto, salvo se for validamente comprovado que: (i) o protesto foi efetuado

por erro ou má fé de terceiros, desde que tal erro ou má fé tenha sido comprovado pela Emissora e/ou pelas SPEs, conforme aplicável, ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo evento; (ii) o protesto foi cancelado no prazo legal; ou ainda (iii) foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário;

- (j) extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora, da Nova Renova, da Garantidora e/ou de quaisquer das SPEs, bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora, pela Nova Renova, pela Garantidora e/ou por quaisquer das SPEs, ou requerimento de falência relativo à Emissora, à Nova Renova, à Garantidora e/ou a quaisquer das SPEs formulado por terceiros que não tenha sido elidido no prazo legal, sendo que (i) para a Garantidora as disposições desta alínea somente são aplicáveis enquanto a Fiança estiver em vigor, conforme previsto nesta Escritura de Emissão; e (ii) para a Nova Renova as disposições desta alínea somente são aplicáveis até que sejam realizados todos os investimentos no Projeto Renova 3;
- (k) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora, por quaisquer das SPEs, pela Nova Renova e/ou pela Garantidora;
- (l) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, por quaisquer das SPEs, pela Nova Renova e/ou pela Garantidora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, sem prévia autorização dos Debenturistas reunidos em AGD;
- (m) qualquer alienação, cessão ou transferência direta ou indireta de ações representativas do capital social da Emissora, de quaisquer das SPEs, da Nova Renova ou da Garantidora, que resultem na mudança do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto ou indireto da Emissora, da Nova Renova, da Garantidora ou de quaisquer das SPEs, sem prévia autorização por Debenturistas reunidos em AGD;
- (n) fusão, cisão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, criação de subsidiárias, ou ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora ou quaisquer das SPEs, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante a disposição de ativos relevantes, sem prévia autorização dos Debenturistas reunidos em AGD, conforme previsto nesta Escritura de Emissão;
- (o) alteração do objeto social da Emissora e de quaisquer das SPEs, de forma a alterar as atuais atividades principais destas, ou a agregar a essas atividades, novos negócios que tenham prevalência ou não estejam relacionadas à execução do Projeto Renova 3;

- (p) se a Emissora e/ou quaisquer das SPEs efetuarem novos investimentos ou assumirem novos compromissos de investimento além dos investimentos necessários para a implantação do Projeto Renova 3, sem prévia aprovação dos Debenturistas, reunidos em AGD, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ressalvados os investimentos permitidos pelas Autorizações;
- (q) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora, por quaisquer das SPEs, pela Nova Renova e/ou pela Garantidora nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia, no Contrato de Compartilhamento de Garantias e nos demais documentos da Oferta Restrita, e desde que não tenha sido sanado em até 10 (dez) Dias Úteis a contar do recebimento de notificação a ser enviada para a Emissora;
- (r) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.8 desta Escritura de Emissão;
- (s) existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Emissora ou por seus dirigentes, que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente, sendo certo que a declaração de vencimento antecipado com base no estipulado nesta alínea não ocorrerá se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Emissora ou seus dirigentes, observado o devido processo legal;
- (t) alteração da finalidade e escopo do Projeto Renova 3 sem prévia aprovação dos Debenturistas, reunidos em AGD, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, exceto se solicitado por lei ou norma ou por qualquer autoridade governamental competente;
- (u) descumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva pela Emissora, por qualquer das SPEs e/ou pela Garantidora em valor, individual ou agregado, superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação à Emissora e às SPEs ou R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) com relação à Garantidora, valores estes a serem devidamente corrigido pelo IPCA, ou outro que venha a substituí-lo, desde a Data de Emissão, ou o seu valor equivalente em moedas estrangeiras na data estipulada para pagamento de tais valores;
- (v) a não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão das autorizações (exceto pelas Autorizações) e das licenças, inclusive as ambientais e as concedidas pela ANEEL, exigidas para construir e manter o Projeto Renova 3 não sanadas em 30 (trinta) Dias Úteis, exceto pelas licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás cuja a não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão não resultem em Impacto Adverso Relevante (conforme definido no item "g" da Cláusula 9.1 abaixo);

- (w) a existência de decisão judicial ou de decisão administrativa ou arbitral que impeça a conclusão ou a continuidade da execução do Projeto Renova 3, cujos efeitos não sejam revertidos ou suspensos em até 30 (trinta) dias contados do proferimento da decisão neste sentido;
- (x) cancelamento, revogação ou qualquer forma de extinção das Autorizações;
- (y) redução de capital social da Emissora, da Nova Renova e/ou de quaisquer das SPEs, independentemente de distribuição de recursos às suas acionistas diretas ou indiretas, sem a prévia aprovação por Debenturistas reunidos em AGD, exceto por força de determinação legal ou regulamentar;
- (z) constituição, pela Emissora, pela Nova Renova ou por quaisquer das SPEs, a qualquer tempo, de quaisquer garantias reais, ônus em favor de terceiros sobre quaisquer ativos, ou, ainda, garantias fidejussórias, em valor acumulado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA, ou outro que venha a substituí-lo, desde a Data de Emissão até a data de constituição do respectivo ônus, salvo: (i) mediante autorização prévia dos Debenturistas reunidos em AGD, conforme previsto nesta Escritura de Emissão; (ii) conforme permitido por esta Escritura de Emissão, inclusive com relação à celebração dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias; ou (iii) para fins de constituição de garantias exigidas pelos credores dos Contratos de Financiamento do Projeto Renova 3, desde que em quaisquer das hipóteses acima as garantias sejam compartilhadas com os Debenturistas;
- (aa) destruição ou perda, de qualquer forma, a qualquer tempo, ou ainda sequestro, expropriação, nacionalização, desapropriação ou qualquer forma de aquisição compulsória por autoridade governamental de quaisquer ativos relevantes relacionados ao Projeto Renova 3 que resultem na comprovada impossibilidade de operação do Projeto Renova 3;
- (bb) declaração de vencimento antecipado dos Contratos de Financiamento do Projeto Renova 3 ou de qualquer financiamento contratado pela Emissora com o BNDES ou suas subsidiárias;
- (cc) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;
- (dd) a transformação da Emissora em outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 e 221 da Lei das Sociedades por Ações, e sem prejuízo ao disposto no artigo 222 da Lei das Sociedades por Ações, exceto no caso de abertura de capital da Emissora;

- (ee) resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos pela Emissora a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202, §2º da Lei das Sociedades por Ações;
- (ff) distribuição pela Emissora de quaisquer recursos aos seus acionistas diretos ou indiretos, e/ou pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, sob a forma de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202, §2º da Lei das Sociedades por Ações, ou sob a forma de pagamento de juros e/ou amortização de dívidas subordinadas ou cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFACs), salvo: (i) se prévia e expressamente aprovado pelos Debenturistas reunidos em AGD; (ii) nas hipóteses previstas na letra (jj) abaixo; ou (iii) se verificadas, cumulativamente, as seguintes hipóteses:
- a) até 31 de dezembro de 2023, o saldo total da “*Conta Reserva Especial da Holding*” de titularidade da Emissora e das “*Contas Reservas Especiais Individuais*” de titularidade de cada SPE, regulada na forma do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças, deverá ser equivalente a, no mínimo, R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) considerando o pagamento pretendido como efetuado;
 - b) verificado o *Completion* Físico LER 2010, o *Completion* Físico LEN 2011 e o *Completion* Financeiro do Projeto Renova 3, na forma da Cláusula 4.19 acima;
 - c) preenchida a “*Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES*”, a “*Conta Reserva do Serviço da Dívida do BB*” e a “*Conta Reserva de O&M*” e a “*Conta Reserva de Serviço da Dívida das Debêntures*”, na forma do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças;
 - d) atingido o ICSD de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), de acordo com o item (g), alínea “i” da Cláusula 6.1 abaixo, e desde que, com o pagamento, o ICSD permaneça no valor mínimo indicado;
 - e) verificada a inexistência de inadimplemento de qualquer empresa que pertença ao grupo econômico da Emissora perante o Sistema BNDES; e
 - f) comprovada a geração mínima consolidada das centrais geradoras eólicas, que compõem o Projeto Renova 3, de 1.430.475 MWh no período de doze meses imediatamente anteriores à verificação.

- (gg) não atendimento do ICSD de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) conforme metodologia descrita no Anexo V à presente Escritura de Emissão e apurado nos termos do item (g), alínea “i” da Cláusula 6.1 abaixo;
- (hh) inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta Escritura de Emissão;
- (ii) emissão de debêntures, partes beneficiárias ou qualquer outro valor mobiliário, pela Emissora ou por quaisquer das SPEs, sem a prévia aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (jj) celebração de mútuos pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs, inclusive sob a forma de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFACs), com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico, sem a anuência prévia dos Debenturistas, reunidos em AGD, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ressalvados: (i) aqueles celebrados para a implantação do Projeto Renova 3 e até o término da implantação, os quais devem ser quitados até 30 (trinta) dias após o prazo de execução do Projeto Renova 3 previsto no Contrato de Financiamento; (ii) os contratos de mútuo celebrados entre a Emissora, na qualidade de mutuária, e as SPEs ou a Nova Renova, na qualidade de mutuantes, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças, a fim de liquidar obrigações assumidas junto aos credores e Debenturistas; (iii) os contratos de mútuo celebrados entre a Emissora, na qualidade de mutuante, e as SPEs, na qualidade de mutuárias, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças; ou (iv) os contratos de mútuo celebrados entre a Emissora, na qualidade de mutuária, e as SPEs, na qualidade de mutuantes e a realização de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFACs) pela Emissora nas SPEs, nos termos do Contrato de Financiamento a fim de preencher eventuais deficiências das Contas de Operação.
- (kk) concessão de preferência a outros créditos ou assunção de novas dívidas, pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs, sem a anuência prévia de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ressalvadas as possíveis dívidas a serem contraídas pela Emissora e/ou SPEs, no valor de até R\$251.000.000,00 (duzentos e cinquenta e um milhões de reais), e com vencimento até 24 de fevereiro de 2015, com a finalidade específica de alongar a dívida contraída pela Emissora por meio de sua 3ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, caso necessário;
- (ll) amortização ou resgate de ações da Emissora, da Nova Renova e/ou de quaisquer das SPEs, salvo: (i) para permitir o resgate de ações de emissão da Emissora e de titularidade da Nova Renova em valor correspondente ao valor da presente Emissão para fins de reembolso pela Nova Renova dos recursos adiantados ao Projeto Renova 3, nos termos previstos no Contrato de Financiamento; (ii) para fins de permitir o resgate das ações de

emissões das SPEs de titularidade da Emissora desde que: (a) sejam realizados exclusivamente na forma de débito na conta reserva de capital na forma do artigo 182, parágrafo primeiro, alínea "a", e do artigo 200, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, (b) não haja redução no capital social das SPEs; e (c) os valores recebidos em razão do referido resgate sejam depositados na "*Conta Reserva Especial da Holding*"; e (iii) nas hipóteses previstas nos Contratos de Financiamento do Projeto Renova 3 ou nos Contratos de Garantia;

- (mm) não realização dos registros desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento nos prazos e forma descritos nas Cláusulas 2.4.1 e 2.4.2 desta Escritura de Emissão; e
- (nn) não renovação das Cartas de Fianças nos prazos e forma descritos na Cláusula 4.17.10 acima.

5.2. A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada ao Agente Fiduciário, pela Emissora, em até 03 (três) Dias Úteis de seu conhecimento. O descumprimento deste dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado.

5.3. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (j), (x), (bb) e (dd) da Cláusula 5.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures ("Eventos de Inadimplemento Automático"), com a consequente declaração, pelo Agente Fiduciário, a contar de sua ciência, do vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigência do pagamento do que for devido, independentemente de convocação de AGD ou de qualquer forma de notificação à Emissora.

5.4. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles indicados na Cláusula 5.3 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência do evento, observados os procedimentos da Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, uma AGD para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

5.5. Na AGD mencionada na Cláusula 5.4, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previstos na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares das Debêntures que representem mais de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação, por declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que, nesse caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão.

- 5.6. Na hipótese: (i) de não instalação, em primeira ou segunda convocações, da AGD mencionada na Cláusula 5.4 acima por falta de quórum ou por qualquer motivo; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 5.5 acima por deliberação de titulares das Debêntures em Circulação que representem os quóruns indicados na Cláusula 5.5 acima; ou (iii) em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
- 5.7. Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente notificação com aviso de recebimento à Emissora ("Notificação de Vencimento Antecipado"), com cópia para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, informando tal evento, para que a Emissora, no prazo de até 02 (dois) Dias Úteis a contar da data de recebimento da Notificação de Vencimento Antecipado, efetue o pagamento do valor correspondente ao saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios aplicáveis a cada uma das séries, devidos até a data do efetivo pagamento, acrescido ainda de Encargos Moratórios, se for o caso, nos termos desta Escritura de Emissão ("Saldo na Data do Evento de Inadimplemento").
- 5.8. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nos termos desta Cláusula V, o Agente Fiduciário deverá comunicar também a CETIP, informando o vencimento antecipado.
- 5.9. Não configurará Evento de Inadimplemento nem dará ensejo à necessidade de anuência prévia, seja pelo Agente Fiduciário, seja pela AGD, qualquer alteração no fluxo de pagamentos da Emissora ao BNDES em decorrência de eventual reescalonamento, incluindo, mas não se limitando, a prorrogação de carência e/ou de pagamento de principal da dívida assumida pela Emissora perante o BNDES e o BB, nos termos dos Contratos de Financiamento do Projeto Renova 3, com ou sem alteração da taxa de juros dos Contratos de Financiamento do Projeto Renova 3, bem como alteração da composição da "*Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES*" e "*Conta Reserva do Serviço da Dívida do BB*", desde que: (i) permaneçam inalterados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, incluídos os pagamentos de Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios aplicáveis a cada uma das séries; (ii) não haja alteração da "*Conta Reserva de Serviço da Dívida das Debêntures*"; e (iii) não haja antecipação do fluxo de pagamentos ao BNDES.

CLÁUSULA VI
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA, DAS SPES, DA NOVA RENOVA
E DA GARANTIDORA

6.1. Obrigações Adicionais da Emissora e das SPES

6.1.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor decorrente das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora e as SPEs obrigam-se ainda, conforme o caso, a:

- (a) cumprir com todos os termos e condições desta Escritura de Emissão, das Garantias, do Contrato de Distribuição e dos demais instrumentos relacionados à Oferta Restrita;
- (b) manter-se e atuar de forma a manter-se em situação regular com relação às suas respectivas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, à ANEEL, ao MME e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico, durante o período de vigência das Debêntures;
- (c) adotar, durante o período de vigência das Debêntures, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo Projeto Renova 3;
- (d) não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem materialmente o equilíbrio econômico-financeiro da Emissora e das SPEs;
- (e) prover às SPEs os recursos, em moeda corrente, necessários para fazer frente às insuficiências de capital para a implantação do Projeto Renova 3;
- (f) não contratar, aditar, rescindir ou alterar de qualquer forma, sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas reunidos em AGD, qualquer instrumento com relação ao Projeto Renova 3, exceto por determinação legal ou aprovação emitida pelo BNDES no âmbito do Contrato de Financiamento que:
 - i. implique renúncia de direitos, pela Emissora e/ou por qualquer das SPEs, que afete a capacidade de pagamento do Projeto Renova 3; ou
 - ii. comprometa a execução do Projeto Renova 3, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização.
- (g) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - i. até 30 de maio de cada ano, ou em 10 (dez) dias após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia das demonstrações financeiras completas, auditadas e consolidadas da Emissora, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes com registro válido na CVM; (b) relatório específico de apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), contendo a memória de

cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do ICSD, devidamente apurados pelos auditores independentes contratados pela Emissora e/ou pela Garantidora, que deverão emitir opinião conclusiva (ou “Relatório de Asseguração Razoável”) sobre o resultado do ICSD conforme parâmetros definidos no Anexo V a esta Escritura de Emissão, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou à Garantidora ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (c) declaração, assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (ii) acerca da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;

- ii. enviar o organograma societário, dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório anual na CVM. O organograma do grupo societário da Emissora deverá conter os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e informações sobre o bloco de controle; e
 - iii. cópias de todas as atas registradas das assembleias gerais, reuniões de conselho de administração, diretoria e conselho fiscal da Emissora que forem objeto de publicação dentro até 3 (três) Dias Úteis após sua publicação.
- (h) informar o Agente Fiduciário, em até 03 (três) Dias Úteis contados da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e das SPEs, bem como quaisquer eventos ou situações que: (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora e pelas SPEs, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora e das SPEs, não mais reflitam a real condição financeira destas;
- (i) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora e às SPEs, impondo sanções ou penalidades que possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora ou pelas SPEs de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;

- (j) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam: (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM; (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento do exercício social; (iv) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 03 (três) anos; (v) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 1 (um) Dia Útil ao intermediário líder da Oferta Restrita e ao Agente Fiduciário; e (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (k) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no CETIP21, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento do CETIP21, por meio da CETIP;
- (l) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: (i) Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário; (ii) Agente Fiduciário; e (iii) os sistemas de distribuição das Debêntures no mercado primário e negociação das Debêntures no mercado secundário;
- (m) manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários;
- (n) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles: (i) questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial; e (ii) cujos eventuais descumprimentos não resultem em Impacto Adverso Relevante (conforme definido no item “g” da Cláusula 9.1 abaixo);
- (o) obter, como condição precedente à subscrição e integralização das Debêntures, a classificação de risco (*rating*) das Debêntures pela Standard & Poor's / Fitch Ratings / Moody's América Latina e enviar a referida súmula ao Agente Fiduciário tempestivamente, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco: (a) atualizar anualmente, até a Data de Vencimento o relatório da classificação de risco elaborado; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados

- pela agência de classificação de risco no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (d) comunicar em até 03 (três) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá, a seu exclusivo critério, (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's ou a Fitch ou a Moody's ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar AGD para que estes definam a agência de classificação de risco;
- (p) manter as Debêntures com o mesmo grau de senioridade dos Contratos de Financiamento do Projeto Renova 3;
 - (q) permitir inspeção das obras do Projeto Renova 3 por parte de representantes do Agente Fiduciário, e por terceiros contratados para este fim, às expensas da Emissora, mediante prévia solicitação dos Debenturistas, reunidos em AGD, desde que tal inspeção seja realizada em horário comercial e avisada com 05 (cinco) dias de antecedência, após a aprovação prévia da Emissora, aprovação esta que não deverá ser injustificadamente negada;
 - (r) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
 - (s) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
 - (t) arcar com todos os custos decorrentes: (i) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (ii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (iii) das despesas e remuneração com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Liquidante;
 - (u) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora e das SPEs;
 - (v) manter-se adimplente com relação a todos os tributos ou contribuições devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, bem como com relação às contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), exceto com relação àqueles tributos que estejam sendo contestados de boa fé pela Emissora, nas esferas administrativa ou judicial;

- (w) manter o Projeto Renova 3 enquadrado nos termos da Lei 12.431 durante a vigência das Debêntures e comunicar o Agente Fiduciário, em até 05 (cinco) Dias Úteis, sobre o recebimento de quaisquer comunicações por escrito ou intimações acerca da instauração de qualquer processo administrativo ou judicial que possa por em risco tal enquadramento;
- (x) tomar todas as providências necessárias para garantir a conclusão e atendimento da finalidade do Projeto Renova 3;
- (y) enviar ao Agente Fiduciário em até 30 (trinta) dias, cópia das licenças de operação do Projeto Renova 3 quando forem concedidas, durante a vigência desta Escritura de Emissão;
- (z) obter e manter em vigor, até a liquidação de todas as obrigações desta Escritura de Emissão, todas as autorizações, registros suficientes para a plena implantação e operação do Projeto Renova 3 e a manutenção de sua existência e exercício regular de suas atividades;
- (aa) enviar ao Agente Fiduciário:
 - i. 01 (uma) via original da Escritura de Emissão e de cada um dos Contratos de Garantia devidamente formalizados e registrados, bem como de seus eventuais aditamentos, conforme Cláusulas 2.4.1 e 4.20 acima;
 - ii. cópia autenticada dos livros de registro de ações nominativas da Emissora e das SPEs e/ou dos livros da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de custódia das ações da Emissora e das SPEs comprovando a constituição do penhor das respectivas ações, conforme Cláusula 4.20 acima;
 - iii. 01 (uma) via original do Contrato de Compartilhamento de Garantias, devidamente formalizado e registrado, conforme Cláusulas 2.4.1 e 4.20 acima, bem como de seus eventuais aditamentos;
 - iv. 01 (uma) via original desta Escritura de Emissão, devidamente registrada na JUCESP e nos cartórios competentes, bem como seus eventuais Aditamentos, conforme Cláusulas 2.2.1, 2.2.2, 2.4.1 e 4.20 acima; e
 - v. 01 (uma) via original das Cartas de Fiança, devidamente registradas nos cartórios competentes, conforme Cláusulas 4.17.11 e 4.20 acima.
- (bb) praticar todos os demais atos, firmar todos os documentos e realizar todos os registros adicionais requeridos pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos

Debenturistas, com o propósito de assegurar e manter a plena validade, eficácia e exequibilidade das Garantias previstas nesta Escritura de Emissão;

- (cc) manter as contas previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças, devidamente abertas e preenchidas com seus respectivos saldos mínimos, durante o período e forma lá descritos;
- (dd) manter todos os seus ativos relevantes em boas condições e aptos para o uso a que se destinam até o término de sua vida útil, exceto pelo desgaste decorrente do seu uso;
- (ee) na hipótese da legalidade ou exequibilidade de qualquer das disposições relevantes dos Contratos de Financiamento do Projeto Renova 3, desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias ser questionada judicialmente por qualquer pessoa, e tal questionamento judicial possa afetar a capacidade da Emissora e das SPEs em cumprir suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nas Garantias, deverá informar tal acontecimento ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis contados da sua ocorrência;
- (ff) caso a Emissora ou qualquer das SPEs seja citada no âmbito de uma ação que tenha como objetivo a declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, a Emissora e as SPEs, conforme o caso, obrigam-se a tomar todas as medidas necessárias para contestar tal ação no prazo legal;
- (gg) contratar e manter vigentes as apólices de seguros de forma compatível com os padrões exigidos pelas Autorizações e pelos Contratos de Financiamento do Projeto Renova 3 para a cobertura do Projeto Renova 3;
- (hh) informar em até 3 (três) Dias Úteis ao Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, previstos na Cláusula V acima, bem como sobre a não manutenção das declarações descritas na Cláusula IX desta Escritura de Emissão;
- (ii) observar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
- (jj) incluir, nas apólices mencionadas na Cláusula Vigésima Terceira do Contrato de Financiamento, cláusula especial em favor do BNDES, do BB e do Agente Fiduciário com o seguinte teor: *“Fica entendido e concordado que a presente apólice não poderá ser cancelada, ou sofrer qualquer alteração, inclusive no tocante à presente Cláusula de Beneficiário, sem prévia e expressa anuência do BNDES e do BANCO DO BRASIL S.A., na qualidade de credores, e da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de representante da comunhão de titulares das debêntures emitidas pela Renova Eólica Participações S.A., aos quais será paga a indenização*

devida pelo presente contrato de seguro, salvo na hipótese de sinistro parcial limitado a 10% (dez por cento) do valor total da presente apólice.”;

- (kk) ressarcir, independentemente de culpa, os Debenturistas de qualquer quantia que este seja compelido a pagar em razão de dano ambiental decorrente do Projeto Renova 3, bem como a indenizar os Debenturistas por qualquer perda ou dano que estes venham a sofrer em decorrência do referido dano ambiental;
- (ll) repassar os recursos captados por meio da presente Emissão às respectivas SPEs, no máximo até o primeiro Dia Útil subsequente ao dia de entrada dos referidos recursos na conta corrente de titularidade da Emissora, observado, sem prejuízo, a faculdade da Nova Renova de realizar resgate de ações da Emissora nos seguintes termos no valor correspondente ao valor total da Emissão para fins de reembolso pela Nova Renova dos recursos adiantados ao Projeto Renova 3, nos termos previstos no Contrato de Financiamento; ;
- (mm) aplicar todos os recursos oriundos de eventuais aportes realizados pela Nova Renova e pela Garantidora nas SPEs, nos termos da Cláusula 6.2.1, item (d), desta Escritura de Emissão, no Projeto Renova 3;
- (nn) manter os bens de que trata a Cláusula 4.15, item iv, em sua posse mansa e pacífica, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, inclusive fiscais; e
- (oo) caso as SPEs recebam qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiverem honrado nos termos da Fiança, antes da integral quitação de todos os valores devidos, vencidos e não pagos aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, tal valor aos Debenturistas, obrigação esta que perdurará até a quitação das Obrigações Garantidas, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.2. Obrigações Adicionais da Nova Renova e da Garantidora

6.2.1. A Nova Renova e a Garantidora obrigam-se, ainda, conforme o caso, a:

- (a) não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Emissora, de dispositivo que importe em:
 - (i) restrições à capacidade de crescimento da Emissora ou ao seu desenvolvimento tecnológico;
 - (ii) restrições de acesso da Emissora a novos mercados; ou
 - (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações oriundas da presente Escritura de Emissão;
- (b) não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Emissora ou da Nova Renova;

- (c) tomar todas as providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da presente Emissão;
- (d) prover mediante subscrição e integralização do capital social da Emissora e/ou da Nova Renova, em moeda corrente, as insuficiências de recursos necessários à implantação do Projeto Renova 3;
- (e) não reduzir o capital social da Nova Renova, bem como não fazer amortização, resgate ou conversão de ações de emissão da Nova Renova, sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas, reunidos em AGD;
- (f) não promover a dissolução, fusão, cisão ou incorporação da Nova Renova ou criação de subsidiárias, sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas reunidos em AGD;
- (g) aportar recursos na Emissora, se necessário, para que esta possa garantir o preenchimento da "*Conta Reserva de Serviço da Dívida das Debêntures*", instituída e regulada pelo Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças, sendo certo que, no caso da Garantidora, este aporte deverá ser realizado na Nova Renova, para que esta possa atender a obrigação de aportar na Emissora;
- (h) informar o Agente Fiduciário, em até 03 (três) Dias Úteis contados da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Nova Renova ou da Garantidora, bem como quaisquer eventos ou situações que: (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Nova Renova e pela Garantidora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações financeiras da Nova Renova e da Garantidora não mais reflitam a real condição financeira destas, sendo certo que a obrigação aqui prevista apenas valerá para a Garantidora enquanto a Fiança estiver vigente;
- (i) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Nova Renova ou à Garantidora, impondo sanções ou penalidades, que possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Nova Renova ou pela Garantidora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, sendo certo que a obrigação aqui prevista apenas valerá para a Garantidora enquanto a Fiança estiver vigente;
- (j) na hipótese da legalidade ou exequibilidade de qualquer das disposições relevantes dos Contratos de Financiamento do Projeto Renova 3, desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias ser questionada judicialmente por qualquer pessoa, e tal questionamento judicial possa afetar a capacidade

da Nova Renova e da Garantidora em cumprir suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nas Garantias, deverá informar tal acontecimento ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis contados da sua ocorrência, sendo certo que a obrigação aqui prevista apenas valerá para a Garantidora enquanto a Fiança estiver vigente; e

- (k) caso a Nova Renova ou a Garantidora seja citada no âmbito de uma ação que tenha como objetivo a declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, a Nova Renova ou a Garantidora, conforme o caso, obrigam-se a tomar todas as medidas necessárias para contestar tal ação no prazo legal.

6.2.2. A Garantidora obriga-se, ainda, enquanto a Fiança não for liberada:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário até 30 de maio de cada ano, ou em 10 (dez) dias após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras completas, auditadas e consolidadas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes com registro válido na CVM;
- (b) informar ao Agente Fiduciário, dentro de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do encerramento de exercício social, sobre qualquer alteração na composição de seu controle societário;
- (c) caso receba qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos da Fiança, antes da integral quitação de todos os valores devidos, vencidos e não pagos aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, tal valor aos Debenturistas, obrigação esta que perdurará até a quitação das Obrigações Garantidas, nos termos desta Escritura de Emissão.

**CLÁUSULA VII
AGENTE FIDUCIÁRIO**

7.1. Nomeação

- 7.1.1. A Emissora neste ato constitui e nomeia, nos termos do parágrafo 1º do artigo 61, e artigos 66 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário da Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando, sob pena da lei, que:

- I. conhece e aceita a função para a qual foi nomeado, bem como assume integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão, incluindo os termos e condições nela presentes;
- II. aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários, necessários para tanto;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- V. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida, eficaz e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- VI. está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes;
- VII. não tem, sob as penas da lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM 28, e ainda conforme demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- VIII. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10, da Instrução CVM 28;
- IX. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- X. que o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor; e
- XI. na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário o Agente Fiduciário atua, nesta data, como agente fiduciário na 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real, em até nove séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Garantidora, com vencimento da 2ª série em 17 de setembro de 2015, da 3ª série em 17 de setembro de 2016, da 4ª série em 17 de setembro de 2017, da 5ª série em 17 de setembro de 2018, da 6ª série em 17 de setembro de 2019, da 7ª série em 17 de setembro

de 2020, da 8ª série em 17 de setembro de 2021 e da 9ª série em 17 de setembro de 2022, pela qual foram emitidas 1.000 (mil) para 1ª série, 2.600 (dois mil e seiscentos) para 2ª série, 2.700 (duas mil e setecentos) para 3ª série, 2.900 (duas mil e novecentas) para 4ª série, 3.500 (três mil e quinhentas) para 5ª série, 5.700 (cinco mil e setecentas) para 6ª série, 3.800 (três mil e oitocentos) para 7ª série, 3.500 (três mil e quinhentas) para 8ª série e 4.300 (quatro mil e trezentas) para 9ª série, totalizando a quantidade de 30.000 (trinta mil) debêntures, totalizando o montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não ocorreram quaisquer eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento de tais debêntures, sendo certo, que a 1ª série venceu no curso normal da operação, ou seja, em 17 de setembro de 2014. Na data de emissão as debêntures da Garantidora são garantidas por (i) alienação fiduciária de 100% (cem por cento) ações da Enerbrás Centrais Elétricas S.A.; e (ii) cessão fiduciária de bens e direitos de quaisquer recursos mantidos na conta vinculada 6120-4, provenientes de (a) fluxo de dividendos distribuídos pela Enerbrás Centrais Elétricas S.A. à Garantidora, (b) fluxo de dividendos distribuídos pela Nova Renova Energia S.A. à Garantidora, proveniente de dividendos recebidos das empresas Salvador Eólica Participações S.A. e Bahia Eólica Participações S.A., conforme previsto na escritura de emissão.

7.1.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de um eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas estas referidas obrigações sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

7.2. Substituição

7.2.1. Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, dissolução, extinção, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras, observando-se o artigo 2º e seguintes da Instrução CVM 28:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta Restrita, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas (“AGD”) especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição;

- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pela AGD, e assuma efetivamente as suas funções;
 - IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão;
 - V. a substituição do Agente Fiduciário (a) em qualquer hipótese, está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28; e (b) sendo a substituição em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na forma da Clausula 2.2 acima;
 - VI. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, em todos os seus termos e condições, exceto se, caso proposto pela AGD a que se refere o inciso IV acima, a Emissora tiver concordado expressamente com novo valor de remuneração;
 - VII. os pagamentos ao agente fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços, sendo a primeira parcela calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão;
 - VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas nos termos da Cláusula X abaixo;
 - IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM; e
 - X. o agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir e pelo período previsto na Cláusula 7.1.2 acima.
- 7.2.2. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESP e nos cartórios competentes.

- 7.2.5 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da legislação em vigor.
- 7.2.6 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento até a data da efetiva substituição, à Emissora. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M/FGV.
- 7.2.7 O Agente Fiduciário, se substituído nos termos desta Cláusula 7.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 60 (sessenta) dias antes de sua efetiva substituição, cópia digitalizada de todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.

7.3. Deveres

- 7.3.1 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, observando-se o artigo 12 da Instrução CVM 28:
- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
 - II. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;
 - III. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

- IV. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VI. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro, sanando as lacunas e irregularidades porventura existentes em tais registros, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. verificar a regularidade da constituição das Garantias, e dos valores dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia;
- X. solicitar, quando julgar necessário e de forma razoável e justificada, para o fiel desempenho de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas da Emissora, das SPEs e da Garantidora, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, das SPEs, da Nova Renova e da Garantidora, bem como das demais comarcas em que a Emissora, as SPEs, a Nova Renova e a Garantidora exerçam suas atividades;
- XI. solicitar, quando considerar necessário e de forma razoável e justificada, auditoria extraordinária na Emissora, da Nova Renova, nas SPEs e na Garantidora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- XII. convocar AGDs, na forma prevista na presente Escritura de Emissão, e comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

XIII. elaborar relatórios anuais destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

- (a) eventual omissão, inveracidade ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (d) posição da Oferta Restrita ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Juros Remuneratórios realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora;
- (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (j) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias das Debêntures;
- (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como Agente Fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (a) denominação da companhia ofertante; (b) valor da emissão; (c)

quantidade de debêntures emitidas; (d) espécie; (e) prazo de vencimento das debêntures; (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

- XIV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XII acima aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos na sede da Emissora, no escritório do Agente Fiduciário, na CVM, na CETIP, e na sede do Coordenador Líder;
- XV. publicar, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XII acima se encontra à disposição nos locais indicados no inciso XIII acima;
- XVI. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante de Emissão, Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante de Emissão, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referentes à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XVII. acompanhar qualquer eventual resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável;
- XVIII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- XIX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, pelas SPEs e/ou pela Garantidora, de qualquer obrigação assumida nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, à CETIP e ao Banco Central do Brasil, se for o caso;
- XX. acompanhar, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão;

- XXI. disponibilizar o Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido de Juros Remuneratório das Debêntures, calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*; e
- XXII. informar, quando necessário, para os fins de atendimento da Instrução CVM 28, se atua em quaisquer outras emissões da Emissora ou de empresas do grupo econômico da Emissora, indicando as informações referidas na alínea "k" do inciso XII acima em sua página na rede mundial de computadores, tão logo delas tenha conhecimento.

7.4. Atribuições Específicas

7.4.1 Observadas as disposições desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, podendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- i. declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições desta Escritura de Emissão;
- ii. requerer a falência da Emissora, mediante autorização dos Debenturistas, se não existirem garantias reais, nos termos da legislação aplicável;
- iii. tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- iv. executar as Garantias de acordo com os termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, aplicando o respectivo produto na amortização ou liquidação integral das Debêntures e das obrigações da Emissora assumidas nesta Escritura de Emissão, respeitados os termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias; e
- v. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

7.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos "i", "ii", "iii" e "iv" da Cláusula 7.4.1 acima, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da

maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.4.1 inciso “v” acima.

- 7.4.3. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles; e/ou (ii) relacionados ao devido cumprimento, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou nas Garantias Reais, somente serão válidos quando previamente deliberados pelos Debenturistas reunidos em AGDs, nos termos da Cláusula VIII abaixo.
- 7.4.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, a qual permanecerá sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.
- 7.4.5. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que forem deliberadas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e alterações posteriores, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

7.5. Remuneração do Agente Fiduciário

- 7.5.1. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração anual de R\$22.000,00 (vinte e dois mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º dia útil após a data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures.
- 7.5.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.
- 7.5.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.5.1 acima será

- reajustada pela variação acumulada do Índice Geral de Preços – Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”) ou, na falta deste ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.
- 7.5.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 7.5.5. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: (i) ISS (imposto sobre serviço de qualquer natureza); (ii) PIS (contribuição ao programa de integração social); (iii) COFINS (contribuição para o financiamento da seguridade social); e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (imposto de renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 7.5.6. A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplimentos não sanados pela Emissora.
- 7.6. Despesas**
- 7.6.1. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, sendo que para aquelas de caráter de urgência e/ou emergencial não aprovadas previamente pela Emissora, o Agente Fiduciário desde já se compromete a realizá-las de forma razoável e observados os padrões de mercado, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, transportes, alimentação e estadias, despesas com *conference call* e contatos telefônicos, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Debenturista.
- 7.6.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses do Debenturista deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações

propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante do Debenturista. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência do Debenturista em ações judiciais serão suportadas pelo Debenturista, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento ao Debenturista para cobertura da referida sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário. Também será suportada pelos Debenturistas a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias.

7.6.3. Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 7.6.1 e 7.6.2 acima, o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas aprovadas e/ou reembolsadas pela Emissora caso tenham sido realizadas: (i) sem a prévia autorização da Emissora no caso da Cláusula 7.6.1; (ii) em discordância com os critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; ou (iii) em discordância com a função fiduciária que lhe é inerente.

7.6.4. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.6.1 acima será efetuado em até 15 (quinze) dias corridos contados da entrega à Emissora de cópias dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas, conforme expressamente disposto nas Cláusulas acima.

CLÁUSULA VIII

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Disposições Gerais

8.1.1. Às AGDs aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, e, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas, devendo ser realizadas de forma presencial na sede da Emissora ou do Agente Fiduciário.

8.1.2. Quando a matéria a ser deliberada pelos Debenturistas for de interesse apenas de uma das séries, a assembleia envolverá somente a comunhão dos titulares de Debêntures da respectiva série.

8.2. Convocação

8.2.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas. As AGDs podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

- 8.2.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12.1 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 8.2.3. As AGDs somente poderão ser realizadas, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a AGD em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 08 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.
- 8.2.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, em sede de AGD, no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora, bem como vincularão a mesma, e obrigarão a todos os Debenturistas titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.
- 8.2.5. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura para convocação, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8.3. Quorum de Instalação

- 8.3.1. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, as AGDs se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, a metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer *quorum* das Debêntures em Circulação.
- 8.3.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quoruns* de instalação ou deliberação das AGDs previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de sociedades controladoras da Emissora (direta ou indiretas), bem como de sociedades controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), sociedades sob controle comum, administradores ou conselheiros da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

8.4. Quorum de Deliberação

- 8.4.1. Nas deliberações das AGDs, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Qualquer matéria a ser deliberada pelos Debenturistas deverá ser aprovada, em primeira convocação, por Debenturistas que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, pela maioria dos presentes, exceto (i) por qualquer cláusula desta Escritura de Emissão que estipule expressamente outro quorum de aprovação; ou (ii) pelo disposto na Cláusula 8.4.2 abaixo.
- 8.4.2. Mediante proposta da Emissora, a AGD poderá, por deliberação favorável de Debenturistas titulares de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação aprovar, seja em primeira ou segunda convocação: (A) qualquer modificação relativa às características das Debêntures que impliquem em alteração: (i) da Atualização Monetária ou dos Juros Remuneratórios, (ii) das Datas de Incorporação, Datas de Pagamento da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão, (iii) das Datas de Vencimento das Debêntures e da vigência das Debêntures, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) da redação de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento; (vi) da alteração dos quoruns de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão, (vii) das disposições desta Cláusula, (viii) das Garantias, (ix) da criação de evento de repactuação, (x) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; amortizações antecipadas facultativas ou oferta facultativa de resgate antecipado, e (xi) da espécie das Debêntures; e (B) a renúncia ou perdão temporário (*waiver*) de qualquer Evento de Inadimplemento Automático.
- 8.4.3. Será facultada a presença dos representantes legais ou assessores legais da Emissora nas AGDs, a não ser quando à presença dos representantes legais seja solicitada pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.
- 8.4.4. O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 8.4.5. Aplicar-se-á às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre as assembleias gerais de acionistas.
- 8.4.6. Não será admitida nas AGDs a presença de quaisquer pessoas que não comprovem sua condição de Debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação dos devidos documentos de representação e identificação.

8.5. Mesa Diretora



- 8.5.1. A presidência e secretaria das AGDs caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes ou àqueles que forem designados pela CVM.

CLÁUSULA IX
DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA, DAS SPES, DA NOVA
RENOVA E DA GARANTIDORA

- 9.1. A Emissora, as SPes, a Nova Renova e a Garantidora, isoladamente, declaram e garantem que:
- (a) são sociedades devidamente constituídas, validamente existentes e estão em situação regular de acordo com a legislação, regulamentação e exigências relevantes a elas aplicáveis e possuem todos os poderes societários e autoridade necessários, incluindo todas as licenças, certificados, permissões, concessões, autorizações e demais aprovações governamentais necessárias para deter, dispor e operar seus respectivos bens relevantes;
 - (b) a celebração e execução das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta Restrita, e a consumação das operações contempladas nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta Restrita, estão abrangidas por seus poderes societários, tendo sido devidamente autorizadas por todos os atos societários necessários, bem como não contrariam: (a) seus documentos constitutivos; (b) disposições da legislação vigente aplicável ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete; não resultando, ainda, na imposição de quaisquer restrições, ônus ou gravames sobre seus ativos e suas propriedades; ou (c) qualquer disposição ou cláusula contida em qualquer acordo, contrato ou avença de que sejam parte;
 - (c) os seus representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
 - (d) a celebração desta Escritura de Emissão, das Garantias, do Contrato de Compartilhamento e do Contrato de Distribuição e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos, bem como a constituição da Fiança, não violam nenhuma disposição legal ou regulamentar, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos, que possam impactar no cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão nas Garantias, no Contrato de Compartilhamento e no Contrato de Distribuição; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que a afete e/ou qualquer de seus respectivos ativos relevantes.

- (e) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, nas Garantias, no Contrato de Compartilhamento, no Contrato de Distribuição e nos demais documentos da Oferta Restrita constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (f) as ações a serem empenhadas e os direitos creditórios a serem cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula 4.15 desta Escritura de Emissão existem, são de sua titularidade, e estão livres e desembaraçados de qualquer ônus, exceto pelas próprias Garantias Reais a serem constituídas conforme previsão desta Escritura de Emissão;
- (g) não omitiram nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em Impacto Adverso Relevante, assim definido como: a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que afetem de modo adverso e relevante: (a) o Projeto Renova 3, seus negócios, operações, propriedades ou resultados; (b) a validade ou exequibilidade dos documentos relacionados às Debêntures, inclusive os Contratos de Garantia e o Contrato de Compartilhamento de Garantias; ou (c) a sua capacidade em cumprir suas obrigações financeiras ou de implantação do Projeto Renova 3 aqui previstas ("Impacto Adverso Relevante");
- (h) seu balanço patrimonial e a correspondente demonstração de resultado, apresenta de maneira adequada sua situação financeira na aludida data e o seu resultado operacional referente ao período encerrado em tal data. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes (i) não houve nenhum Impacto Adverso Relevante na situação financeira e no resultado operacional em questão que não tenha sido devidamente sanado; (ii) não houve qualquer operação as envolvendo, fora do curso normal de seus negócios que seja relevante, para a Emissora, as SPEs, a Nova Renova e a Garantidora; (iii) não houve qualquer alteração no capital social da Emissora, das SPEs e da Nova Renova; (iv) não houve qualquer alteração no bloco de controle da Garantidora; e (v) não houve declaração ou pagamento de dividendo;
- (i) nenhuma informação, demonstração financeira, anexo ou relatório fornecido aos Debenturistas contém qualquer declaração inverídica de um fato ou uma omissão de uma declaração de um fato necessário à veracidade das declarações, que possa resultar em Impacto Adverso Relevante;
- (j) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente, inclusive de natureza ambiental, que possa afetar perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro inclusive referentes ao Projeto Renova 3 que possam causar um Impacto Adverso Relevante ou visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;

- (k) exceto pelo disposto na Cláusula 7.1.1 (XI) desta Escritura de Emissão, não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (l) observa a legislação em vigor, em especial a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental de forma que: (i) não utiliza, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (ii) os trabalhadores são devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (iii) cumpre as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor, exceto pelas obrigações cujo descumprimento não resulte em Impacto Adverso Relevante; (iv) cumpre a legislação aplicável à proteção do meio ambiente; (v) cumpre a legislação aplicável à saúde e segurança públicas, exceto por aquelas cujo descumprimento não resulte em Impacto Adverso Relevante; (vi) detêm as permissões, licenças, autorizações e aprovações ambientais necessárias para o exercício regular de suas atividades, em conformidade com a legislação ambiental aplicável; e (vii) possui todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável exceto pelos registros cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em Impacto Adverso Relevante;
- (m) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto: (i) pelo registro das Debêntures junto ao MDA e ao CETIP21, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação, (ii) pelo arquivamento, na JUCESP, e pela publicação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, das atas dos atos societários da Emissora que aprovaram a Emissão e a Oferta Restrita; (iii) pela inscrição desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCESP e registro perante os cartórios de títulos e documentos competentes; (iv) pela celebração e registro, conforme o caso, dos Contratos de Garantia, nos termos e prazos previstos nesta Escritura de Emissão; e (v) pela emissão das Cartas de Fiança e registro perante os cartórios de títulos e documentos competentes.
- (n) as informações prestadas no âmbito da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora, suas atividades e sua situação financeira, das responsabilidades da Emissora, além dos riscos a suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões de investimento dos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável;

- (o) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- (p) cumprem todas as leis, portarias, normas, regulamentos e exigências aplicáveis ao Projeto Renova 3 que possam impactar materialmente o cumprimento das obrigações previstas nas Debêntures, inclusive, mas não limitado à legislação socioambiental, detendo, válidas e vigentes, licenças, certificados, permissões, autorizações, outorgas e concessões governamentais e demais autorizações e aprovações governamentais necessários para a regular condução do Projeto Renova 3 e de suas atividades, inclusive as relativas à legislação ambiental, trabalhista e previdenciária;
- (q) o Projeto Renova 3 foi devidamente enquadrado nos termos da Lei 12.431 e considerado como prioritário nos termos das Portarias;
- (r) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (s) apresentaram ou fizeram com que fossem apresentadas todas as declarações de impostos (municipais, estaduais e federais, conforme aplicável) que devam ser apresentadas e pagaram todos os tributos, taxas e demais encargos (incluindo os juros e penalidades) devidos com relação aos exercícios sociais abrangidos pelas referidas declarações exceção feita às exações tributárias: (a) que estejam sendo contestadas de boa-fé e por meio de processos competentes; (b) que acerca do qual reservas adequadas estejam sendo mantidas, se necessário conforme lei aplicável; e (c) cujo descumprimento não resulte em Impacto Adverso Relevante;
- (t) estão sujeitas à lei civil e comercial com relação às suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão, e a celebração, entrega e execução das Debêntures e dos outros documentos da Oferta Restrita, constituem atos privados e comerciais, e não atos públicos ou governamentais. Não possuem, assim como quaisquer de seus bens, qualquer imunidade com relação à jurisdição de qualquer tribunal ou qualquer processo judicial, seja por meio de citação ou notificação, arresto ou sequestro, penhora para a garantia da execução, execução ou de outra forma, que possam acarretar deterioração significativa e substancial em sua situação econômica e financeira;
- (u) não está ocorrendo qualquer Evento de Inadimplemento previsto nesta Escritura de Emissão;
- (v) têm plenas condições de honrar com suas dívidas e obrigações assumidas perante terceiros, nos termos dos respectivos instrumentos que as constituíram; e capacidade econômica e financeira adequada para a boa condução de suas atividades;

- (w) a Emissora e as SPEs não celebraram, até a presente data, quaisquer contratos com suas controladoras para fins de concessão de empréstimos ou garantias, salvo conforme permitido nos Contratos de Financiamento do Projeto Renova 3, e nos Contratos de Garantia; e
- (x) estão em dia com todas as suas obrigações financeiras, exceto por aquelas cujo descumprimento não possa resultar em um Impacto Adverso Relevante.
- 9.1.1. A Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, se obriga a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 9.1 acima.
- 9.1.2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 9.1.1 acima, a Emissora, as SPEs e a Garantidora, conforme o caso, obrigam-se a notificar, na mesma data em que tomar conhecimento, o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 9.1 acima seja falsa e/ou incorreta em qualquer das datas em que foi prestada.

CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Comunicações

- 10.1.1. Quaisquer notificações, instruções ou comunicações a serem realizadas por qualquer das Partes em virtude desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora, Nova Renova e para as SPEs:

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A.

Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, parte, Bairro Vila Gertrudes

CEP 04707-910 – São Paulo, SP

At.:Sr. Pedro Villas Boas Pileggi / Sra. Flávia de Lima Carvalho

Tel.:+55 (11) 3509-1101 / 3509-1104

Fax:+55 (11) 3569-6746

E-mail: pedro.pileggi@renovaenergia.com.br / fcarvalho@renovaenergia.com.br

Para a Garantidora:

RENOVA ENERGIA S.A.

Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 4º andar, Bairro Vila Gertrudes

CEP 04707-910 – São Paulo, SP

At.: Sr. Pedro Villas Boas Pileggi / Sra. Flávia de Lima Carvalho

Tel.: +55 (11) 3509-1101/ 3509-1104



Fax: +55 (11) 3569-6746

E-mail: pedro.pileggi@renovaenergia.com.br / fcarvalho@renovaenergia.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca

CEP: 22640-102 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Sras Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: +55 (21) 3385-4565

Fax: +55 (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotruster.com.br

Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal

CEP 03084-010 – São Paulo, SP

At.: Sra. Claudia Vasconcellos

Tel.: + 55 (11) 2797-4204

Fax: + 55 (11) 2797-3140

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar

CEP 04538-132 – São Paulo, SP

At.: Sra. Claudia Vasconcellos

Tel.: + 55 (11) 2797-4204

Fax: + 55 (11) 2797-3140

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, 230, 11º andar

CEP 20.031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: + 55 (21) 2276-7474

Fax: + 55 (21) 2252-4308/2262-5481

Email: valores.mobiliarios@cetip.com.br

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

CEP 01.452-001 – São Paulo – SP

Tel.: + 55 (11) 3111-1596

Fax: + 55 (11) 3115-1564

Email: valores.mobiliarios@cetip.com.br

10.1.2. As notificações, instruções e comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima e, se enviada por fac-símile ou por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) Dias Úteis dias após o envio da mensagem.

10.1.3. A mudança do endereço das Partes, bem como a mudança de qualquer outro endereço das demais partes indicadas na Cláusula 10.1.1 (neste caso, desde que as Partes sejam informadas previamente por tal parte por escrito), deverá ser comunicada às demais partes que não a parte que teve seu endereço alterado.

10.2. Renúncia

10.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.3. Independência das Disposições da Escritura de Emissão e Interpretação dos Títulos das Cláusulas

10.3.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

10.4.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento

antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

10.5. Cômputo do Prazo

- 10.5.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

10.6. Despesas

- 10.6.1. Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta Restrita ou com a estruturação, emissão, colocação pública, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros em quaisquer órgãos (incluindo CETIP e seus sistemas de distribuição e negociação, bem como a JUCESP, a JUCEB e os cartórios de títulos e documentos), contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante de Emissão, do Escriturador Mandatário, da agência de *rating* e demais prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, inclusive aqueles decorrentes da proteção de interesses dos Debenturistas ("Despesas").
- 10.6.2. A Emissora obriga-se a reembolsar os Debenturistas ou o Agente Fiduciário por quaisquer Despesas que os Debenturistas ou o Agente Fiduciário venham a incorrer, desde que razoáveis e devidamente comprovadas.
- 10.6.3. A Emissora obriga-se, ainda, a efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos, nos termos dessa Cláusula 10.6.3.

10.7. Irrevogabilidade e Sucessores

- 10.7.1. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.8. Substituição de Prestadores de Serviços

- 10.8.1. É facultado à Emissora, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Banco Liquidante de Emissão, do Escriturador Mandatário e da agência de *rating*, observadas a regulamentação da CETIP e o disposto nesta Escritura de Emissão.

10.9. Lei Aplicável

10.9.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.10. Foro

10.10.1. Fica eleito o foro central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 16 (dezesseis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 03 de dezembro de 2014.

[Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem páginas de assinaturas.]

(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Renova Eólica Participações S.A." – 1/6)

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:

Cargo: **Alexandre Nogueira Machado**
Diretor de Engenharia e Operações

Nome:

Cargo: **Ricardo de Lima Assaf**
Procurador



(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Renova Eólica Participações S.A." – 2/6)

RENOVA ENERGIA S.A.

Nome: 
Cargo: **Alexandre Nogueira Machado**
Procurador

Nome: 
Cargo: **Ricardo de Lima Assaf**
Diretor Jurídico e de Compras

NOVA RENOV A ENERGIA S.A.

Nome: 
Cargo: **Alexandre Nogueira Machado**
Procurador

Nome: 
Cargo: **Ricardo de Lima Assaf**
Procurador



(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Renova Eólica Participações S.A." – 3/6)

CENTRAIS EÓLICAS AMETISTAS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Ricardo de Lima Assaf
Procurador

CENTRAIS EÓLICAS DOS ARAÇÁS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Ricardo de Lima Assaf
Procurador

CENTRAIS EÓLICAS BORGOS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Ricardo de Lima Assaf
Procurador

CENTRAIS EÓLICAS CAETITÉ S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Ricardo de Lima Assaf
Procurador

CENTRAIS EÓLICAS DOURADOS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Ricardo de Lima Assaf
Procurador

CENTRAIS EÓLICAS ESPIGÃO S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Ricardo de Lima Assaf
Procurador



(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Renova Eólica Participações S.A." – 4/6)

CENTRAIS EÓLICAS MARON S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Ricardo de Lima Assaf
Procurador

CENTRAIS EÓLICAS MORRÃO S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Ricardo de Lima Assaf
Procurador

CENTRAIS EÓLICAS PELOURINHO S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Ricardo de Lima Assaf
Procurador

CENTRAIS EÓLICAS PILÕES S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Ricardo de Lima Assaf
Procurador

CENTRAIS EÓLICAS DA PRATA S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Ricardo de Lima Assaf
Procurador

CENTRAIS EÓLICAS SERAÍMA S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Ricardo de Lima Assaf
Procurador



(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Renova Eólica Participações S.A." – 5/6)

CENTRAIS EÓLICAS SERRA DO ESPINHACO S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Ricardo de Lima Assaf
Procurador

CENTRAIS EÓLICAS TANQUE S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Ricardo de Lima Assaf
Procurador

CENTRAIS EÓLICAS VENTOS DO NORDESTE S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Ricardo de Lima Assaf
Procurador

(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Renova Eólica Participações S.A." – 6/6)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Rosane Basilio

Nome: Rosane da Silva Basilio
Cargo: Procuradora
RG: 41.295.392-4 SSP/SP
CPF: 421.493.088-60

Testemunhas

Nome: Sandra Freire de Lima
CPF: RG: 19.558.265-2
CPF: 140.583.258-44

Nome: Rosa Maria S. Milhardo
RG: 17.460.055-ssp.sp
CPF: CPF: 086.141.388-14

32
R.T.D.

Emol.
Estado
Ipesp
R. Civil
T. Justiça

Total R\$ 13.024,40

Selos e taxas
Recolhidos
p/verba

3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.572.625/0001-66
Bel. José Maria Siviero - Oficial

R\$ 8.140,24 Protocolado e prenotado sob o n. **8.896.545** em
R\$ 2.313,55 **11/12/2014** e registrado, hoje, em microfilme
R\$ 1.713,73 sob o n. **8.896.545**, em títulos e documentos.
R\$ 428,44 São Paulo, 11 de dezembro de 2014
R\$ 428,44

Bel. José María Siviero - Oficial
Bel. Francisco Roberto Longo - Oficial Substituto



ANEXO I - Minuta do Primeiro Aditivo à Escritura de Emissão

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular:

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 4º andar, parte, Bairro Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-910, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 11.289.590/0001-30, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Emissora”);

RENOVA ENERGIA S.A., sociedade anônima com registro de companhia aberta na categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 4º andar, Bairro Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, na Estado de São Paulo, CEP 04707-910 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.534.605/0001-74, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Renova Energia” ou “Garantidora”);

NOVA RENOVA ENERGIA S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 4º andar, parte, Bairro Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-910, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.041.313/0001-77 (“Nova Renova” ou “Acionista Direto”);

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 8, Ala B, salas 303 e 304, Bairro Barra da Tijuca, Cidade de Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, CEP 22.640-102 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, agindo na qualidade de representante da comunhão de titulares das Debêntures (conforme definidas na Cláusula 1.3) objeto da presente emissão (“Debenturistas”), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Agente Fiduciário”);

e, ainda:

CENTRAIS EÓLICAS AMETISTA S.A., sociedade por ações, com sede na Rua Ayrton Senna da Silva, nº 66, Bairro São Francisco, CEP 46.430-000, na Cidade de Guanambi, Estado da Bahia inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.201.885/0001-03, por seus representantes abaixo assinados (“EOL Ametista”);



CENTRAIS EÓLICAS DOS ARAÇÁS S.A., sociedade por ações, com sede na Rua Barão de Caetité, nº 393, Bairro Centro, na Cidade de Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.201.833/0001-37, por seus representantes abaixo assinados ("EOL Araçás");

CENTRAIS EÓLICAS BORGOS S.A., sociedade por ações, com sede na Rua 7 de setembro, nº 77, Bairro Centro, CEP 46360-000, na Cidade de Pindaí, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.041.341/0001-94, por seus representantes abaixo assinados ("EOL Borgos");

CENTRAIS EÓLICAS CAETITÉ S.A., sociedade por ações, com sede na Rua 7 de setembro, nº 77, Bairro Centro, CEP 46360-000, na Cidade de Pindaí, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.201.767/0001-03, por seus representantes abaixo assinados ("EOL Caetité");

CENTRAIS EÓLICAS DOURADOS S.A., sociedade por ações, com sede na Rua Ayrton Senna da Silva, nº 66, Bairro São Francisco, CEP 46430-000, na Cidade de Guanambi, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.041.319/0001-44, por seus representantes abaixo assinados ("EOL Dourados");

CENTRAIS EÓLICAS ESPIGÃO S.A., sociedade por ações, com sede na Rua 7 de setembro, nº 77, Bairro Centro, CEP 46360-000, na Cidade de Pindaí, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.197.321/0001-44, por seus representantes abaixo assinados ("EOL Espigão");

CENTRAIS EÓLICAS MARON S.A., sociedade por ações, com sede na Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Bairro Centro, CEP 46400-970, na Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.041.214/0001-95, por seus representantes abaixo assinados ("EOL Maron");

CENTRAIS EÓLICAS MORRÃO S.A., sociedade por ações, com sede na Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Bairro Centro, na Cidade de Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.049.829/0001-68, por seus representantes abaixo assinados ("EOL Morrão");

CENTRAIS EÓLICAS PELOURINHO S.A., sociedade por ações, com sede na Rua 7 de setembro, nº 77, Bairro Centro, CEP 46360-000, na Cidade de Pindaí, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.048.031/0001-00, por seus representantes abaixo assinados ("EOL Pelourinho");

CENTRAIS EÓLICAS PILÕES S.A., sociedade por ações, com sede na Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Bairro Centro, CEP 46400-970, na Cidade de Caetité, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.201.797/0001-01, por seus representantes abaixo assinados ("EOL Pilões");



CENTRAIS EÓLICAS DA PRATA S.A., sociedade por ações, com sede na Praça Manoel Joaquim de Azevedo, nº 82, Bairro Centro, na Cidade de Igaporã, Estado da Bahia, CEP 46490-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.366.231/0001-30, por seus representantes abaixo assinados (“EOL Prata”);

CENTRAIS EÓLICAS SERAÍMA, S.A., sociedade por ações, com sede na Rua Ayrton Senna da Silveira, nº 66, Bairro São Francisco, na Cidade de Guanambi, Estado da Bahia, CEP 46430-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.047.526/0001-06, por seus representantes abaixo assinados (“EOL Seraíma”);

CENTRAIS EÓLICAS SERRA DO ESPINHAÇO S.A., sociedade por ações, com sede na Rua 7 de setembro, nº 77, Centro, CEP 46360-000, Cidade de Pindaí, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.049.958/0001-56, por seus representantes abaixo assinados (“EOL Espinhaço”);

CENTRAIS EÓLICAS TANQUE S.A., sociedade por ações, com sede na Rua Barão de Caetité, nº 393, Bairro Centro, na Cidade de Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.048.059/0001-39, por seus representantes abaixo assinados (“EOL Tanque”); e

CENTRAIS EÓLICAS VENTOS DO NORDESTE S.A., sociedade por ações, com sede na Rua Barão de Caetité, nº 393, Bairro Centro, na Cidade de Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.204.086/0001-90, por seus representantes abaixo assinados (“EOL Ventos do Nordeste” e, em conjunto com, EOL Ametista, EOL Araçás, EOL Borgo, EOL Caetité, EOL Dourados, EOL Espigão, EOL Maron, EOL Morrão, EOL Pelourinho, EOL Pilões, EOL Prata, EOL Seraíma, EOL Espinhaço, EOL Tanque, “SPEs”).

sendo a Emissora, a Renova Energia, a Nova Renova, o Agente Fiduciário e as SPEs designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”;

CONSIDERANDO QUE:

- (i) em [●] de [●] de 2014, a Emissora, a Renova Energia, as SPEs e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, celebraram o “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Renova Eólica Participações S.A.”, devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), em sessão de [●] de [●] de 2014, sob o nº [●] (“Escritura de Emissão”);
- (ii) na presente data, o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme termo definido na Escritura de Emissão) foi finalizado, o qual resultou na definição dos Juros Remuneratórios (conforme definido na Escritura de Emissão);



- (iii) as Partes acordaram em aditar a Escritura de Emissão para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* nas Cláusulas 4.2.2.1 e 4.2.2.2 da Escritura de Emissão, com vistas a evitar quaisquer dúvidas com relação aos Juros Remuneratórios das Debêntures;

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente “*Primeiro Aditamento Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Renova Eólica Participações S.A.*” (“Aditamento”), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, que estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão e/ou no presente Aditamento, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

1.6. Autorizações para celebração do Aditamento

- 1.6.1. O presente Aditamento é firmado pela Emissora com base nas deliberações aprovadas na RCA Emissora, na AGE Emissora, na AGE Nova Renova, nas AGEs SPEs e na RCA Garantidora.
- 1.6.2. Este Aditamento será protocolado para arquivamento na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de até 03 (três) dias contado da respectiva data de assinatura. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 01 (uma) via original do presente Aditamentos, devidamente arquivados na JUCESP, em até 05 (cinco) dias após o respectivo arquivamento.

CLÁUSULA II ALTERAÇÕES

2.7. Alterações na Escritura de Emissão em função do procedimento de *bookbuilding*

- 2.1.7. Considerando (a) o término do Procedimento de *Bookbuilding*, que definiu as taxas internas de retorno da NTN-B a serem utilizadas no cálculo dos Juros Remuneratórios, e (b) a necessidade do detalhamento das disposições referentes aos Juros Remuneratórios, as Partes acordam em alterar as Cláusulas 4.2.2.1 e 4.2.2.2. da Escritura de Emissão, que passam a vigorar com a nova redação que lhes são atribuídas abaixo:

“4.2.2.1. **Debêntures da Primeira Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das



Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados de [●]% ([●] inteiros e [●] centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série”). Os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série, a partir da Data de Emissão (inclusive), da Data de Incorporação dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior (inclusive) ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, e incorporados ou pagos, conforme aplicável, ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (conforme abaixo definido) (exclusive), calculados em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por Dias Úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo.”

*“4.2.2.2. **Debêntures da Segunda Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados de [●]% ([●] inteiros e [●] centésimos) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série” e, em conjunto com os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série, os “Juros Remuneratórios”). Os Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, a partir da Data de Emissão (inclusive), da Data de Incorporação dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive) ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, e incorporados ou pagos, conforme aplicável, ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (conforme abaixo definido) (exclusive), calculados em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por Dias Úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo.”*

CLÁUSULA III RATIFICAÇÕES

- 3.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura de Emissão, e não expressamente alteradas por este Aditamento.

CLÁUSULA IV DISPOSIÇÕES FINAIS

- 4.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

- 4.2. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão.
- 4.3. Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.
- 4.4. Fica eleito o foro central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em [●] ([●]) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, [●] de [●] de 2014.

[Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem páginas de assinaturas.]



**ANEXO II - Modelo de Declaração de Cumprimento de Conclusão Financeira
(Completion Financeiro)**

[Local], [●] de [●] de [●]

À

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca,

Rio de Janeiro - RJ

CEP: 22640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Ref.: Conclusão Financeira (*Completion Financeiro*) do Projeto Renova 3

Prezados Senhores,

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, parte, Bairro Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-910, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 11.289.590/0001-30, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados, declara, para todos os fins de direito: (i) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de quaisquer obrigações perante os Debenturistas e perante o Sistema BNDES; e (ii) a ocorrência do *Completion Financeiro* do Projeto Renova 3, tendo em vista a ocorrência cumulativa das seguintes condições:

- a) comprovação de geração mínima líquida consolidada de todo o Projeto Renova 3 (referida no centro de gravidade) de 1.430.475 MWh em um período de 12 (doze) meses consecutivos;
- b) comprovação de recebimento das receitas oriundas dos Contratos de Energia de Reserva (CERs) celebrados entre cada uma das SPEs EOL Araçás, EOL Morrão, EOL Prata, EOL Seraíma, EOL Tanque e EOL Ventos do Nordeste e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), mencionados no Contrato de Financiamento, em um período de 12 (doze) meses consecutivos;
- c) comprovação de recebimento das receitas oriundas dos CCEARs celebrados entre cada uma das SPEs EOL Ametista, EOL Borgo, EOL Caetité, EOL Dourados, EOL Espigão, EOL Maron, EOL Pelourinho, EOL Pilões e EOL Espinhaço e as distribuidoras, mencionados no Contrato de Financiamento, em um período de 12 (doze) meses consecutivos;

- d) atendimento do ICSD (conforme definido e apurado na forma do item (g), alínea “i” da Cláusula 6.1) de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos);
- e) constituição válida do penhor das máquinas e equipamentos na forma do Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos;
- f) preenchimento integral da “Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES”, da “Conta Reserva do Serviço da Dívida do BB”, da “Conta Reserva de O&M” e da “Conta Reserva de Serviço da Dívida das Debêntures”, na forma do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças;
- g) apresentação das apólices de seguro contratadas na forma do disposto no Contrato de Financiamento, acompanhadas dos respectivos comprovantes de quitação do prêmio;
- h) a inexistência de quaisquer dívidas da Emissora e/ou das SPEs com terceiros, bem como de mútuos entre a Emissora, as SPEs e/ou seus acionistas ou pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico, salvo as hipóteses expressamente previstas no Contrato de Financiamento;
- i) inexistência de ato administrativo ou judicial que impeça a continuidade do Projeto Renova 3;
- j) estar a Emissora, bem como as demais empresas integrantes do grupo econômico a que esta pertença, em dia com todas as suas obrigações contratuais perante o sistema BNDES;
- k) comprovação de que a Emissora tenha repassado a totalidade dos recursos liberados no âmbito do Contrato de Financiamento e da presente Emissão para as SPEs e estas haverem aplicado estes recursos no Projeto Renova 3;
- l) comprovação de utilização, pela emissora de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos referentes ao Subcrédito “P” do Contrato de Financiamento; e
- m) expedição de Declaração de Utilidade Pública (DUP) pela ANEEL dos imóveis necessários à instituição das linhas de transmissão.

Seguem em anexo a esta declaração os documentos que comprovam a ocorrência das condições acima listadas.

Ademais, nos termos da Cláusula 18ª do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0365.1, e em observância à Cláusula 4.16.7 da Escritura de Emissão, comunicamos que o BNDES verificou a ocorrência do *Completion* Financeiro do Projeto Renova

3, nos termos da correspondência anexa à presente declaração *[anexar correspondência do BNDES atestando a conclusão financeira do Projeto Renova 3]*.

Todos os termos utilizados nesta declaração, que não tenham sido aqui definidos, terão as definições a eles atribuídos no Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Renova Eólica Participações S.A., datado de [●].

Atenciosamente,

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A.

[Anexo à Declaração – Documentos Comprobatórios do *Completion* Financeiro do Projeto Renova 3]

**ANEXO III – Modelo de Declaração de Conclusão Física (*Completion Físico*) do Projeto
Renova 3**

[Local], [●] de [●] de [●]

À

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca,

Rio de Janeiro - RJ

CEP: 22640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Ref.: [Conclusão Física LER 2010 (*Completion Físico* LER 2010) [OU] Conclusão Física LEN
2011 (*Completion Físico* LEN 2011)] do Projeto Renova 3

Prezados Senhores,

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, parte, Bairro Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-910, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 11.289.590/0001-30, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados, declara, para todos os fins de direito: (i) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de quaisquer obrigações perante os Debenturistas; e (ii) a ocorrência do [*Completion Físico* LER 2010 [OU] *Completion Físico* LEN 2011] do Projeto Renova 3, tendo em vista a ocorrência cumulativa das seguintes condições:

[*Completion Físico* LER 2010:

- a) A implantação das SPEs EOL Araçás, EOL Morrão, EOL Prata, EOL Seraíma, EOL Tanque e EOL Ventos do Nordeste;
- b) Obtenção das licenças ambientais de operação das SPEs EOL Araçás, EOL Morrão, EOL Prata, EOL Seraíma, EOL Tanque e EOL Ventos do Nordeste e das respectivas linhas de transmissão, oficialmente publicadas, expedidas pelo órgão ambiental competente;
- c) Despacho da Superintendência de Fiscalização de Geração da ANEEL, ou ato equivalente, autorizando a entrada em operação comercial das SPEs EOL Araçás, EOL Morrão, EOL Prata, EOL Seraíma, EOL Tanque e EOL Ventos do Nordeste;
- d) Comprovação de recebimento da primeira parcela da receita oriunda dos Contratos



de Energia de Reserva (CERs) celebrado entre cada uma das SPEs EOL Araçás, EOL Morrão, EOL Prata, EOL Seraíma, EOL Tanque e EOL Ventos do Nordeste e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); e

- e) Comprovação de averbação da cessão dos Contratos de Arredamento às SPEs EOL Araçás, EOL Morrão, EOL Prata, EOL Seraíma, EOL Tanque e EOL Ventos do Nordeste nas respectivas matrículas dos imóveis arrendados.

[OU]

[Completion Físico LEN 2011:

- a) Obtenção das licenças ambientais de operação das SPEs EOL Ametista, EOL Borgo, EOL Caetité, EOL Dourados, EOL Espigão, EOL Maron, EOL Pelourinho, EOL Pilões e EOL Espinhaço e das respectivas linhas de transmissão, oficialmente publicadas, expedidas pelo órgão ambiental competente;
- b) Despacho da Superintendência de Fiscalização de Geração da ANEEL, ou ato equivalente, autorizando a entrada em operação comercial das SPEs EOL Ametista, EOL Borgo, EOL Caetité, EOL Dourados, EOL Espigão, EOL Maron, EOL Pelourinho, EOL Pilões e EOL Espinhaço; e
- c) Comprovação de recebimento da primeira parcela da receita oriunda dos CCEARs celebrados entre cada uma das SPEs EOL Ametista, EOL Borgo, EOL Caetité, EOL Dourados, EOL Espigão, EOL Maron, EOL Pelourinho, EOL Pilões e EOL Espinhaço e as distribuidoras.

Seguem em anexo a esta declaração os documentos que comprovam a ocorrência das condições acima listadas.

Ademais, nos termos da Cláusula 18ª do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0365.1, e em observância à Cláusula 4.17.6 da Escritura de Emissão, comunicamos que o BNDES verificou a ocorrência do [Completion Físico LER 2010 [OU] Completion Físico LEN 2011], nos termos da correspondência anexa à presente declaração **[anexar correspondência do BNDES atestando a conclusão física [LER 2010/LEN 2011] do Projeto Renova 3]**.

Todos os termos utilizados nesta declaração, que não tenham sido aqui definidos, terão as definições a eles atribuídos no Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Renova Eólica Participações S.A., datado de [●].

Atenciosamente,

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A.

**[Anexo à Declaração – Documentos Comprobatórios do [Completion Físico LER 2010
[OU] Completion Físico LEN 2011] do Projeto Renova 3]**



ANEXO IV – Modelo de Carta de Fiança

CARTA DE FIANÇA

(Local), de de

À

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (“Agente Fiduciário”)

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca,
Rio de Janeiro - RJ CEP: 22640-102

Ref.: CARTA DE FIANÇA

Prezados Senhores,

Por este instrumento, o(a) [Banco Fiador], com sede em [●], Estado de [●], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [●], por seus representantes legais, obriga-se como FIADOR(A) e principal pagador(a) a cumprir as obrigações assumidas pela DEVEDORA, **RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima com sede na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, parte, Bairro Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-910, inscrita no CNPJ sob o nº 11.289.590/0001-30, decorrentes das Debêntures, conforme disposto no Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Renova Eólica Participações S.A., celebrado em [●] (a “Escritura de Emissão”), Escritura de Emissão esta que o(a) FIADOR(A) declara conhecer, e pelo qual foram emitidas Debêntures pela DEVEDORA no valor de R\$146.000.000,00 (cento e quarenta e seis milhões de reais), na Data de Emissão, sendo limitada a responsabilidade do(a) FIADOR(A) à quantia de [R\$ 63.414.142,00 (sessenta e três milhões, quatrocentos e quatorze mil, cento e quarenta e dois reais) / R\$82.585.858,00 (oitenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e oito reais)], na data-base de [●] de [●] de [●] (**obs: Data de Emissão das Debêntures**), acrescida da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, conforme aplicável, segundo critérios estabelecidos nas Cláusulas 4.2, 4.3 e 4.7 da Escritura de Emissão, bem como os demais encargos pactuados na Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas na execução da presente fiança.

A presente fiança é prestada em caráter irrevogável e irretratável, até [●] de [●] de [●] (**obs.: a data a ser fixada deverá corresponder ao prazo estabelecido na Escritura de Emissão para validade das cartas de fiança**), em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO: **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE**

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, renunciando o(a) FIADOR(A) aos benefícios de que tratam os artigos 366, 827 e 838 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, estabelecido que qualquer alteração no prazo ou no valor da fiança depende sempre da anuência prévia do(a) FIADOR(A), responsabilizando-se o(a) FIADOR(A) solidariamente pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas pela DEVEDORA e comprometendo-se, na hipótese de inadimplemento por parte da DEVEDORA, a honrar as obrigações pecuniárias assumidas pela DEVEDORA na referida Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas na execução da presente fiança, observado o limite de responsabilidade acima mencionado, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir da comunicação feita por escrito pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, informando sobre o inadimplemento, a ser encaminhada à [●], Estado de [●], com cópia para a EMISSORA.

O(A) FIADOR(A) declara que a concessão da fiança está dentro dos limites autorizados pelo Banco Central do Brasil.

A presente fiança deverá ser registrada, às expensas da EMISSORA, nos respectivos cartórios de registro de títulos e documentos competentes da sede da EMISSORA, do AGENTE FIDUCIÁRIO e do(a) FIADOR(A), nos termos do artigo 129 da Lei de Registros Públicos. O(a) FIADOR(A) enviará ao AGENTE FIDUCIÁRIO 1 (uma) via original da presente carta de fiança, ou ainda de seus eventuais aditamentos, devidamente registrados, tempestivamente após a obtenção dos registros nos cartórios competentes.

Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos nesta carta de fiança são aqui utilizados com o significado correspondente a eles atribuído na Escritura de Emissão.

Isto posto, firma esta em uma via original e duas cópias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

FIADOR(A): _____
(nome)

TESTEMUNHAS:

(nome e qualificação)

(nome e qualificação)



ANEXO V – Metodologia de cálculo do ICSD

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em um determinado Ano de Referência (ARef) é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade no Ano de Referência somada ao saldo final de Caixa do Ano Anterior pelo Serviço da Dívida do Ano de Referência, com base em informações registradas nas Demonstrações Financeiras anuais consolidadas auditadas da Emissora, a saber:

A) SALDO DE CAIXA INICIAL:

Caixa Líquido ao final do ano anterior ao ARef – Item Disponibilidades/Aplicações Financeiras do Ativo Circulante e do Ativo Realizável a Longo Prazo das demonstrações financeiras auditadas, incluindo-se o saldo da Conta Reserva Especial da Holding de titularidade da Emissora somado aos saldos das Contas Reservas Especiais Individuais de titularidade das SPEs, mas não os saldos da Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES da Emissora, da Conta Reserva do Serviço da Dívida do BB da Emissora, da Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures e da Conta Reserva de O&M.

B) GERAÇÃO DE CAIXA DA ATIVIDADE NO ARef

- (+) EBITDA do ARef, calculado de acordo com o item (E)
- (-) Imposto de Renda devido (pago ou provisionado) no ARef
- (-) Contribuição Social devida (paga ou provisionada) no ARef
- (-) Investimentos realizados¹ no ARef
- (-) Distribuição de capital a qualquer título² prevista para o Ano Seguinte
- (+/-) Resgates/Aportes das/às Contas Reservas do Serviço da Dívida (BNDES, BB e Debêntures) e de O&M, bem como das Contas Reservas Especiais Individuais, realizados no ARef

C) SERVIÇO DA DÍVIDA NO ARef³

- (+) 12 meses de pagamento de dívida onerosa, exceto a referente ao Subcrédito P, previsto no Contrato de Financiamento, compreendida, mas não se limitando, a dívida decorrente do Contrato de Financiamento, do Contrato de Repasse, bem como das Debêntures.

D) ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA NO ARef

$(A + B) / C$

E) EBITDA DO ARef⁴

¹ Considera-se como investimento qualquer adição feita ao Ativo Permanente (Investimento, Imobilizado ou Diferido) da Empresa.

² Sob forma de dividendos, juros sobre capital próprio, amortização ou juros de dívida subordinada ou redução de capital ou devolução de adiantamento para futuro aumento de capital ou resgate de ações.

³ Dívida onerosa total, com exceção de dívida subordinada.

⁴ Todas as parcelas para o cálculo do EBITDA são referentes às demonstrações financeiras do Ano de Referência.

- (+) Lucro Líquido
- (+/-) Despesa (receita) financeira líquida
- (+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais
- (+) Depreciações e amortizações
- (+/-) Quaisquer outras (Receitas) ou despesas sem efeitos financeiros
- (+/-) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas/controladas.

